

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

CADERNO II – PLANO DE
AÇÃO

ALMEIDA

Janeiro de 2014



CADERNO II



PLANO DE AÇÃO

ÍNDICE

1. Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI).....	4
1.1. Diretrizes gerais, Pan-Europeias para aplicação de uma gestão florestal sustentável.....	4
1.2. Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) no Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF - BIN)	9
1.3. Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	14
2. Modelos de combustíveis, cartografia de risco e prioridades de defesa contra incêndios florestais.....	15
2.1. Modelos de combustíveis florestais.....	16
2.2. Cartografia de risco	18
2.3. Prioridades de defesa.....	22
3. Objetivos e metas do PMDFCI.....	22
3.1. Objetivos e metas do PMDFCI	24
3.1.1. Tipologia do concelho de Almeida	26
3.1.2. Objetivos e Metas.....	27
4. Eixos estratégicos	29
4.1. 1º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais	30
4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)	31
4.1.2. Planeamento das ações referentes ao 1º eixo estratégico	38
4.2. 2º Eixo estratégico – Redução da incidência de incêndios.....	61
4.2.1. Avaliação.....	62
4.2.2. Planeamento das ações referentes ao 2º eixo estratégico	64
4.3. 3º Eixo estratégico – Melhoria e eficácia do ataque e da gestão dos incêndios	69
4.3.1. Avaliação.....	70
4.3.2 Planeamento das ações referentes ao 3º eixo estratégico	75
4.4. 4º Eixo estratégico – Recuperar e reabilitar ecossistemas.....	77
4.4.1. Avaliação.....	77
4.4.2. Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico.....	78
4.5. 5º Eixo estratégico – Adopção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz	79
4.5.1. Avaliação.....	79
4.5.2. Planeamento de ações referentes ao 5º eixo estratégico.....	80

1

ENQUADRAMENTO DO
PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA
DE GESTÃO TERRITORIAL E NO
SISTEMA DE DEFESA DA
FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
(SDFCI)

1.1. Diretrizes gerais, Pan-Europeias para aplicação de uma Gestão Florestal Sustentável

As Diretrizes Gerais Pan-europeias elaboraram-se para promover a gestão sustentável das florestas na Europa, traduzindo os compromissos internacionais no âmbito da planificação e da prática da gestão.

Representam uma rede comum de recomendações de referência ao nível de operações, que podem ser seguidas voluntariamente.

Os seis critérios Pan-Europeus de gestão sustentável da floresta são:

1. Manutenção e melhoria apropriada dos recursos florestais e sua contribuição nos ciclos globais do carbono;

Planificação:

- a) A gestão florestal deveria tratar de manter ou incrementar a floresta e os terrenos florestais, e aumentar a qualidade dos valores económicos, ecológicos, culturais e sociais dos recursos florestais, incluindo o solo e a água. Isto deverá fazer-se recorrendo a todos os serviços relacionados, como a planificação do uso do solo e a conservação da natureza;
- b) Dever-se-ia estabelecer e manter a inventariação e a cartografia dos recursos florestais, adequada às condições nacionais e locais, tal como se descreve nestas Diretrizes;
- c) Deveriam ser elaborados e atualizados periodicamente planos de ordenamento ou equivalentes, apropriados à dimensão e uso da área florestal. Devendo estes basear-se na legislação florestal e ambiental, assim como nos planos do uso do solo em vigor, e abranger adequadamente os recursos florestais;
- d) Deveria realizar-se periodicamente um seguimento e avaliação da gestão dos recursos florestais, e os seus resultados serem utilizados no próprio processo de planificação.

Gestão:

- a) As práticas de gestão das florestas deveriam salvaguardar a quantidade e qualidade dos recursos florestais a médio e longo prazo, equilibrando os cortes e as taxas de crescimento, e adotando técnicas que minimizem os danos diretos ou indiretos sobre a floresta, o solo ou os recursos hídricos;
- b) Deveriam tomar-se as medidas silvícolas apropriadas para manter um conjunto de recursos que permitam alcançar um nível que é económica, ecológica ou socialmente desejável;
- c) Deve ter-se em conta, a conversão de terras agrícolas abandonadas e de terrenos desarbORIZADOS em florestas, sempre e quando se possam acrescentar valores económicos, ecológicos, sociais e/ou culturais.

2. Manutenção da saúde e vitalidade dos ecossistemas florestais;

Planificação:

- a) A gestão florestal deveria tratar de manter e incrementar a saúde e vitalidade dos ecossistemas florestais, e tratar de reabilitar os ecossistemas florestais degradados e sempre que possível através de meios silviculturais;
- b) A saúde e a vitalidade dos ecossistemas florestais devem ser revistas periodicamente, especialmente os fatores chave bióticos e abióticos que lhes afetam a saúde e vitalidade, tais como pragas, doenças, pastoreio excessivo ou sobrecarga ganadeira, fogo e danos causados por fatores climáticos, contaminantes do ar, ou operações de gestão florestal;
- c) Os planos de ordenamento ou equivalentes deveriam especificar os sistemas e meios para minimizar os riscos de degradação e danos dos ecossistemas florestais. A planificação florestal deveria utilizar os instrumentos políticos que apoiem estas atividades.

Gestão:

- a) As práticas de gestão florestal deveriam fazer o melhor uso possível das estruturas e processos naturais e aplicar medidas biológicas preventivas sempre que seja economicamente viável para manter e aumentar a saúde e vitalidade dos ecossistemas florestais. Melhorar-se-ão e/ou manter-se-ão espécies geneticamente adequadas e a diversidade estrutural para aumentar a estabilidade, vitalidade e capacidade de resistência das florestas aos fatores ambientais adversos, e fortalecer os mecanismos naturais de regulação;
- b) Dever-se-iam aplicar as práticas de gestão florestal apropriadas, nos primeiros e segundos repovoamentos com espécies arbóreas adaptadas adequadamente às condições da estação, ou o uso de técnicas de corte retirada e de transporte, que minimizem os danos ao estrato arbóreo e ao solo. Devem ser estritamente evitados os derrames de óleos nas operações de campo, e os depósitos indiscriminados de resíduos em terrenos florestais;
- c) Minimizar-se-á o uso de pesticidas, tendo em conta as alternativas silvícolas apropriadas e outras medidas biológicas;
- d) No caso da utilização de fertilizantes, estes deveriam aplicar-se de forma controlada e com a devida ponderação para o meio ambiente.

3. Manutenção e melhoria das funções produtivas das florestas (madeira e outros produtos);

Planificação:

- a) A planificação florestal deve tratar de manter a capacidade de produção de uma série de produtos e serviços florestais, madeira e outros, sobre a base da sustentabilidade;
- b) A planificação florestal deve tratar de chegar ao rendimento económico tendo em conta todos os fatores económicos, ecológicos e sociais importantes de custo e benefício;
- c) Os planos de ordenamento ou seus equivalentes devem ter em conta os diferentes usos e funções da área florestal gerida. A planificação deve utilizar instrumentos políticos criados para sustentar a produção de bens e serviços florestais, comerciais e não comerciais.

Gestão:

- a) As práticas de gestão devem assegurar a qualidade tendo como finalidade, manutenção e melhoramento dos recursos florestais, e o aumento na diversidade de bens e serviços a longo prazo;
- b) As operações de regeneração, corte e retirada de material devem ser levadas a cabo no momento e de modo a que não reduzam a produtividade da estação, mediante o uso de sistemas adequados;
- c) As quantidades extraídas de madeira e outros produtos florestais não excederão de uma taxa que possa ser mantida a longo prazo, e dever-se-á fazer um uso ótimo dos produtos florestais extraídos, tendo em consideração a extração de nutrientes;
- d) Serão planificadas, construídas e mantidas as obras de infra-estruturas adequadas, como caminhos, vias de extração ou pontes, para assegurar o transporte de bens e produtos ao mesmo tempo que se fazem mínimos os impactos negativos sobre o meio.

4. Manutenção, conservação e melhoria apropriada da diversidade biológica dos ecossistemas florestais;

Planificação:

- a) A gestão florestal deve tratar de manter, conservar e melhorar a biodiversidade no ecossistema, em espécies de nível genético e onde seja apropriado, uma diversidade a nível paisagístico;
- b) A planificação deveria estabelecer o inventário e os mapas de recursos florestais. Deveriam incluir-se biótipos florestais ecologicamente importantes, como áreas de ribeira e áreas que contenham espécies endémicas e *habitats* de espécies ameaçadas, definidas em listas de referência reconhecidas, assim como recursos em perigo ou os protegidos;

Gestão:

- a) Preferir-se-á a regeneração natural, supondo que as condições são adequadas para assegurar a quantidade e qualidade dos recursos florestais e que a regeneração existente seja de qualidade suficiente para o local;
- b) Nos primeiros ou segundos repovoamentos, têm de ser seleccionadas as espécies nativas ou de origens bem adaptadas, onde seja apropriado. As espécies introduzidas, originais e modificadas, empregar-se-ão somente depois de ter avaliado os seus potenciais impactes sobre o ecossistema e sobre a integridade genética das espécies nativas e biótopos locais, e se os impactes negativos podem ser evitados ou minimizados;
- c) As práticas de gestão deveriam, onde seja apropriado, promover a diversidade de estruturas, horizontais e verticais, como a diversidade de idades e de espécies. Onde seja conveniente, as práticas tratarão de manter ou de restaurar a diversidade paisagística;
- d) Apoiar-se-ão os sistemas de gestão tradicionais que tenham criado ecossistemas valiosos, quando seja economicamente viável;
- e) As operações de corte e extração devem ser conduzidas de maneira a que não causem danos aos ecossistemas. Onde seja possível, tomar-se-ão medidas práticas que melhorem ou mantenham a diversidade biológica;
- f) Planificar-se-ão e construir-se-ão as infra-estruturas de modo a que se minimize o dano aos ecossistemas, especialmente os escassos, sensíveis ou representativos e as reservas genéticas, tendo em conta espécies protegidas ou importantes por outra causa;
- g) Respeitando o objetivo da gestão, devem-se tomar as medidas adequadas para equilibrar a pressão dos povoamentos animais e o pastoreio com o crescimento da floresta e a sua diversidade biológica;
- h) Os pés mortos, em pé ou caídos, as árvores secas, e os exemplares raros e especiais devem manter-se nas quantidades e distribuição necessárias para salvaguardar a biodiversidade, tendo em conta o efeito potencial nos ecossistemas que o rodeiam;
- i) Os biótopos chave na floresta, formações rochosas e barrancos, devem ser protegidos ou onde seja adequado restaurá-los, se as práticas florestais os danifiquem.

5. Manutenção e melhoria apropriada das funções de proteção (especialmente do solo e da água);

Planificação:

- a) A gestão florestal deveria tratar de manter e melhorar as funções protetoras das florestas face à sociedade, como a proteção de infra-estruturas, a proteção dos solos face à erosão, a proteção dos recursos hídricos, e a proteção dos impactes negativos da água, como inundações e aluimentos;

- b) Devem-se registrar e cartografar as áreas que cumpram funções protetoras específicas e reconhecidas, e os planos de gestão florestal deverão ter em conta estas áreas.

Gestão:

- a) Deve ter-se especial cuidado com as operações silvícolas em solos sensíveis, em áreas suscetíveis de erosão assim como em áreas em que estas operações possam conduzir a uma excessiva erosão do solo e transporte de materiais aos cursos de água. As técnicas impróprias, como a subsolagem profunda e o uso de maquinaria inadequada deveriam ser evitadas nestas zonas. Deveriam tomar-se medidas especiais para minimizar a pressão excessiva de animais nas florestas;
- b) Ter-se-á especial cuidado com as práticas silvícolas em áreas florestais com funções protetoras da água, para evitar efeitos adversos na quantidade e qualidade dos recursos hídricos. Deve evitar-se o uso inapropriado de produtos químicos, ou outras substâncias nocivas, ou as práticas silvícolas que influenciem em sentido negativo a qualidade da água. A construção de caminhos, pontes, e outras infra-estruturas deveria levar-se a cabo por forma, a que minimize a exposição de solos soltos, evite o arrastamento do solo para os cursos de água e que preserve o nível natural e as funções dos cursos de água e dos leitos dos rios. Deverão instalar-se e manter-se os dispositivos de drenagem apropriados nos caminhos.

6. Manutenção de outras funções e condições socioeconómicas;

Planificação:

- a) A planificação florestal deveria respeitar as múltiplas funções das florestas face à sociedade, dar o devido respeito ao papel florestal no desenvolvimento rural, e considerar especialmente as novas oportunidades de emprego em conexão com as funções socioeconómicas da floresta;
- b) Os direitos de propriedade deveriam definir-se claramente, documentar-se e estabelecer-se para a área florestal relevante. Igualmente os direitos legais, tradicionais e consuetudinários referentes ao terreno florestal, deveriam ser clarificados, reconhecidos e respeitados;
- c) Deveria proporcionar-se o adequado acesso ao público com fins recreativos, tendo em conta o respeito aos direitos de propriedade e direitos de terceiros, o efeito sobre os recursos florestais e ecossistemas, assim como a compatibilidade com outras funções da floresta;
- d) Os locais com reconhecido significado histórico, cultural ou espiritual deveriam ser protegidos ou geridos de forma que seja respeitado tal significado;
- e) Os gestores da floresta contratados, empregados e proprietários devem dispor de suficiente informação e serem levados a manter-se atualizados mediante formação continuada em relação à gestão sustentável das florestas.

Gestão:

- a) As práticas de gestão deverão fazer o melhor uso dos conhecimentos e experiência locais, como por exemplo de comunidades locais, proprietários florestais, ONG's e habitantes locais;
- b) As condições de trabalho devem ser asseguradas, e deve dar-se formação e acompanhamento em práticas de segurança no trabalho;
- c) As operações de gestão têm de ter em conta todas as funções socioeconómicas, especialmente as funções recreativas e os valores estéticos da floresta, mantendo ou criando por exemplo estruturas florestais variadas mediante o aumento de árvores e arbustos atrativos e outros meios como cores, flores e frutos. Isto será feito de forma e numa extensão tais que não conduzam a efeitos negativos sérios nos recursos florestais ou nos terrenos florestais.

Conferencia Ministerial de Helsinki em 1994

1.2. Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios no Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF - BIN)

Introdução

O PROF-BIN tem um período máximo de vigência de 20 anos, contados a partir da data da sua publicação.

Pode ser sujeito a alterações periódicas, a efetuar de cinco em cinco anos, tendo em consideração os relatórios anuais de execução, necessários ao seu acompanhamento, tal como definido na monitorização destes planos e nos termos da legislação em vigor. Está sujeito a alterações intermédias, sempre que ocorra qualquer fator relevante que as justifique.

Medidas de intervenção comuns

Segundo o PROF-BIN serão adoptadas as seguintes medidas de intervenção comum:

- a) Promover campanhas de sensibilização, junto da população local, para a prevenção de incêndios florestais;
- b) Controlo da carga de combustível em locais de maior risco, como seja todas as infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, aterros sanitários, parques industriais, parques de merendas e outros locais que se considerem potencialmente perigosos;
- c) Aumentar o número de Sapadores Florestais e intensificar a sua ação em áreas consideradas de maior risco de incêndio;

- d)** Reduzir a continuidade horizontal da vegetação de forma a garantir que não subsistam grandes manchas contínuas de vegetação e/ou biomassa de acordo com as normas estabelecidas para a defesa da floresta contra incêndios;
- e)** Aumentar a eficácia da deteção e da primeira intervenção em incêndios florestais;
- f)** Manter atualizado e disponível para os gestores e proprietários florestais, um conjunto de informações relacionadas com os valores de mercado dos produtos florestais, os montantes associados aos custos de produção por sub-região e uma listagem das empresas e entidades do sector;
- g)** Implementação de um processo simplificado da atualização do cadastro;
- h)** Penalização efetiva das situações de não-realização de operações silvícolas mínimas previstas num Plano de Gestão Florestal ou nas ações de prevenção dos incêndios consagradas numa Zona de Intervenção Florestal;
- i)** Criar mecanismos que permitam a possibilidade do Estado assumir direta ou indiretamente a gestão de áreas abandonadas;
- j)** Criar formas de privilegiar a aquisição de terrenos confinantes, por parte de sociedades de gestão de fundos imobiliários florestais ou por proprietários florestais confinantes, desde que estes terrenos possam vir a ser integrados nos seus Planos de Gestão Florestal;
- k)** Criar linhas de crédito bonificado para a aquisição de terrenos pelos comproprietários ou herdeiros;
- l)** Criar direito de preferência na aquisição de terrenos com dimensão inferior à área mínima obrigatória para a existência de um Plano de Gestão Florestal para os proprietários confinantes;
- m)** Apoiar a constituição de agrupamentos de produtores conducentes a uma gestão única e profissional;
- n)** Acesso preferencial de apoios públicos para o conjunto de proprietários que se agregarem de forma a constituir uma exploração com viabilidade económica;
- o)** Apoiar a criação de fundos de investimento imobiliário florestal;
- p)** Criar manuais de silvicultura bem fundamentados e com uma linguagem acessível;
- q)** Promover ações de formação periódicas e convenientemente divulgadas, para proprietários, gestores, e dirigentes associativos, que abranjam tanto uma componente de gestão dos espaços florestais como uma de comercialização de produtos finais;
- r)** Constituição de espaços florestais de demonstração de gestão florestal nas Florestas Modelo e de demonstração da gestão florestal sustentável;
- s)** Estabelecer ensaios de proveniência e de condução de povoamentos florestais, que permitam o melhoramento ou a criação de modelos de silvicultura adequados às potencialidades silvícolas da região;

- t)** Desenvolver modelos de crescimento e produção para as principais espécies de árvores florestais da região;
- u)** Desenvolver sistemas de informação de apoio à gestão dos espaços florestais;
- v)** Realizar periodicamente cartografia de ocupação dos espaços florestais;
- w)** Realizar periodicamente inventários florestais para a caracterização dos recursos;
- x)** Apoiar a realização de trabalhos de recolha de informação para o cálculo dos indicadores do plano;
- y)** Desenvolver um sistema de informação da monitorização do cumprimento das metas e objetivos previstos no plano.

Dentro do enquadramento do PROF-BIN, o concelho de Almeida integra duas sub-regiões homogéneas: a sub-região homogénea do Douro e Côa e a sub-região homogénea da Raia.

Objetivos específicos da sub-região homogénea da Raia:

Esta região destaca-se pelo seu elevado índice de desertificação. Apresentando-se estes espaços florestais com potencialidades para a atividade silvopastoril, caça e pesca nas águas interiores. Esta região tem como principal medida a proteção do solo e como condicionantes a conservação, hierarquicamente as funções definidas para esta região apresentam-se:

- 1ª função: Proteção;
- 2ª função: Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores;
- 3ª função: Conservação dos habitats, de espécies de fauna e flora e de geomonumentos.

A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Controlar e mitigar os processos associados à desertificação;
- b) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;
- c) Desenvolver a atividade silvopastoril nomeadamente:
 - i) Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a actividade silvopastoril;
 - ii) Integrar totalmente a atividade na cadeia de produção de produtos certificados.
- d) Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores associada à conservação dos espaços florestais, nomeadamente:
 - i) Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da atividade da pesca e desenvolver o ordenamento dos recursos piscícolas;
 - ii) Dotar todas as zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário, com infraestruturas de apoio (ex. acessos e pontos de pesca) e criar zonas concessionadas para a pesca.
- e) Aumentar a atividade associada à caça, nomeadamente:
 - i) Aumentar o conhecimento do potencial cinegético da região;

- ii) Aumentar o número de áreas com gestão efetiva, a rendibilidade da atividade cinegéticas e manter a integridade genética das espécies cinegéticas;
- iii) Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça.
- f) Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;
- g) Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos *habitats*, de fauna e flora classificados.

Modelos de silvicultura para a sub-região homogénea da Raia:

As espécies arbóreas e os correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar nesta sub-região são os constantes do seguinte quadro:

Quadro 1. Modelos de silvicultura

Espécie	Modelo de silvicultura	Localização
Carvalho negral	Povoamento puro de carvalho-negral para a produção de lenho e de fruto	Toda a sub-região
Castanheiro	Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de lenho	Excepto concelhos de Meda e Pinhel
	Povoamento puro de castanheiro em talhadia, para produção de lenho	
	Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de fruto	
Pinheiro manso	Povoamento puro de pinheiro-manso, para a produção de lenho	Na generalidade da sub-região
	Povoamento puro de pinheiro-manso, para produção de fruto	
Azinheira	Povoamento puro de azinheira, para produção de fruto e lenho	Excepto zona a Noroeste da Serra da Marofa

Fonte: PROF –BIN, ICNF (2013)

Deverão ainda ser consideradas para esta sub-região as seguintes espécies:

- ✓ Carrasco (*Quercus coccifera*);
- ✓ Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*);
- ✓ Cipreste-de-Lawson (*Chamaecyparis lawsoniana*);
- ✓ Cipreste-do-Buçaco (*Cupressus lusitanica*);
- ✓ Freixo (*Fraxinus angustifolia*);
- ✓ Medronheiro (*Arbutus unedo*);
- ✓ Salgueiro (*Salix alba*);
- ✓ Tília (*Tilia platyphyllos*);
- ✓ Zimbro (*Juniperus communis*)

Objetivos específicos da sub-região da Ria Norte:

Os espaços florestais da sub-região da Raia Norte patenteiam um grande potencial para o desenvolvimento das atividades da silvopastorícia, da caça e da pesca em águas interiores, e ainda um bom potencial para produção lenhosa. O desenvolvimento destas potencialidades pode e deve ser feito de forma integrada, tendo em conta as medidas de protecção do solo, nas cabeceiras das principais bacias hidrográficas e vertentes mais declivosas.

A importância destas potencialidades e condicionantes reflete-se na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

1ª função: Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores;

2ª função: Proteção;

3ª função: Produção.

A Raia Norte é a única sub-região, da Beira Interior Norte, em que a função de Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores é a mais importante, o que determina um contributo importante para a definição deste objetivo ao nível da região PROF em todas as suas vertentes. O potencial produtivo lenhoso desta sub-região é bom para várias espécies, sendo importante para o desenvolvimento dos objetivos da região PROF, nomeadamente no que diz respeito à diversificação dos povoamentos e à maior valorização dos produtos lenhosos. A função de proteção adquire também uma importância considerável ao nível da região PROF, uma vez que esta é a visivelmente a maior sub-região da Beira Interior Norte.

A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

a) Desenvolver a atividade silvopastoril, nomeadamente:

i) Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a atividade silvopastoril;

ii) Integrar totalmente a atividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados.

b) Aumentar a atividade associada à caça, nomeadamente:

i) Aumentar o conhecimento do potencial cinegético da região;

ii) Aumentar o número de áreas com gestão efectiva, a rendibilidade da actividade cinegética e manter a integridade genética das espécies cinegéticas;

iii) Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça.

c) Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores, nomeadamente:

i) Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da actividade da pesca e desenvolver o ordenamento dos recursos piscícolas;

ii) Dotar todas as zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário, com infra-estruturas de apoio (ex. acessos e pontos de pesca) e criar zonas concessionadas para a pesca.

d) Recuperar áreas em situação de risco de erosão alto para médio e as de médio para baixo, nomeadamente:

e) Ocupar a totalidade dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bom potencial produtivo;

f) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o mel, a castanha, os cogumelos e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais.

1.3. Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios deverá ser o instrumento orientador das diferentes ações políticas e orientações das diversas entidades que compõem a CMDFCI.

Os Serviços Municipais de Proteção Civil deverão garantir, a coordenação de todas as operações e forças de socorro, emergência e assistência e consequentemente da atividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência. A CMDFCI, na dependência hierárquica e funcional do presidente da Câmara Municipal, deverá acompanhar de perto todo o trabalho de planeamento da prevenção e a sua operacionalização das ações de silvicultura preventiva (limpeza de matos, limpeza e beneficiação de caminhos e criação de zonas de descontinuidade), o acesso às manchas florestais, propondo medidas para a beneficiação de estruturas de apoio ao combate aos incêndios (rede viária, rede divisional e pontos de água).

Nas ações de *Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais*, a sensibilização e formação junto das populações a implementar pelas freguesias, para a tomada de consciência de práticas erradas do uso do fogo e a necessidade da implementação de medidas de autodefesa e o aumento da fiscalização por parte do SEPNA/GNR, deverão ser operacionalizadas a nível municipal, em sede da CMDFCI.

2

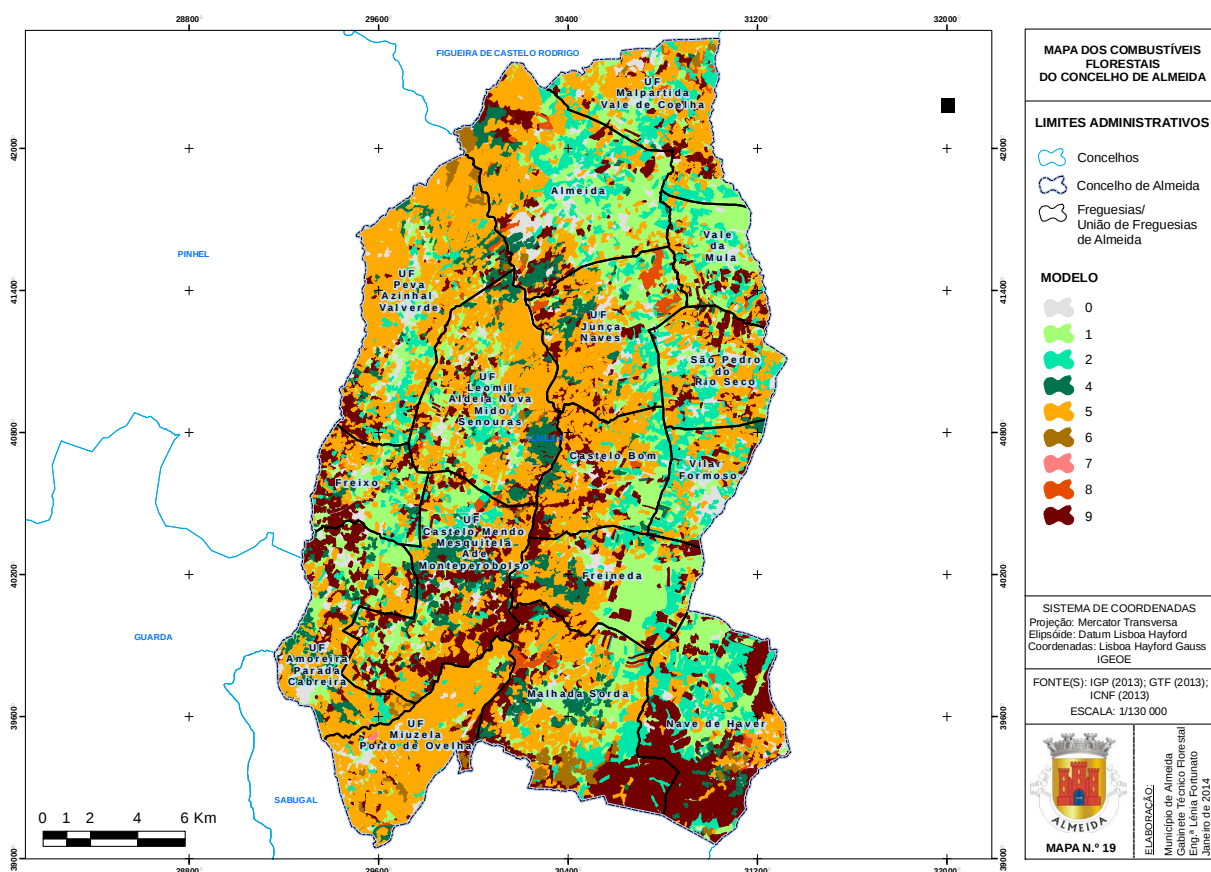
MODELOS DE COMBUSTÍVEIS,
CARTOGRAFIA DE RISCO E
PRIORIDADES DE DEFESA
CONTRA INCÊNDIOS
FLORESTAIS

2.1. Modelos de combustíveis florestais

A caracterização e cartografia das estruturas de vegetação, segue a classificação criada pelo *Northern Forest Fire Laboratory* (NFFL), com a descrição de cada modelo à qual foi adicionado uma orientação da aplicabilidade ao território continental desenvolvida por Fernandes, P. M..

A elaboração do mapa de *Modelos de Combustíveis Florestais* é produzida, tendo como base a cartografia da ocupação do solo (COS' 2007), com recurso a atribuição de um modelo de combustível existente a uma determinada mancha de vegetação com características mais ou menos homogêneas (**Quadro 2**).

Esta ferramenta serve de apoio para a localização de infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente das faixas de gestão de combustíveis pertencentes às redes municipais, servindo também para a definição de áreas prioritárias de silvicultura no âmbito de DFCI.



Quadro 2. Descrição dos modelos de combustíveis florestais de acordo com o mapa de ocupação do solo

Grupo	Modelo	Descrição
	0	Agrícola, urbano ou linhas de água
Herbáceo	1	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.
	2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.
Arbustivo	4	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.
	5	Mato denso mais baixo, com uma altura inferior a 0,6m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.
	6	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
	7	Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 metros de altura, que propaga o fog debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade de combustível morto do que nos outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.
Manta morta	8	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma copa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5 cm ou menos) ou por folhas planas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições meteorológicas desfavoráveis (temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso.
	9	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do <i>Pinus pinaster</i> , ou por folhas grandes e frisadas como as do <i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Castanea sativa</i> , outras. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8.

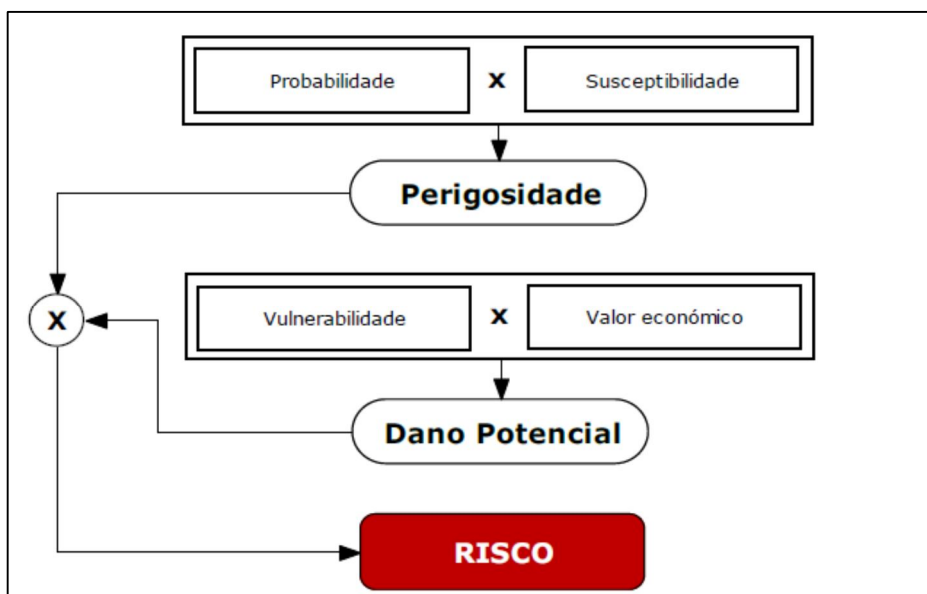
Fonte: COS 2007, IGEOE (2009)

2.2. Cartografia de risco

O modelo de risco de incêndio florestal adoptado pela AFN compreende dois mapas:

- Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal - deriva do produto da probabilidade com a susceptibilidade, onde ocorre um determinado fenómeno e com maior magnitude. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção.
- Mapa de Risco de Incêndio Florestal – deriva do produto das componentes do mapa de perigosidade com as do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para assinalar qual o potencial de perda surgido com o fenómeno. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão.

Figura 1. Componentes da cartografia de risco



Fonte: Guia Técnico do PMDFCI, AFN (2012)

Abaixo descreve-se a metodologia utilizada para a cartografia de risco, passo a passo.

Para obter a probabilidade:

1º Utilizaram-se as áreas ardidas oficiais disponíveis no ICNF, para um período de onze anos (2001-2011), estas áreas foram separadas por anos e por *shapefile* (formato vectorial), em seguida converteram-se as *shapefile* (formato vectorial) em formato *raster* com pixels de 25mx25m, que de seguida foi reclassificado, atribuindo-se o valor 0 aos pixels que não tinham qualquer valor.

2º Foram somados todos os anos em formato *raster* e já reclassificados, multiplicando o resultado da sua soma e dividindo pelos onze anos, alvo de estudo.

Para obter a susceptibilidade:

1º Foi criado o modelo digital do terreno (MDT), do qual se derivaram os declives, estes foram reclassificados em 5 classes (em graus), sendo que à classe de 0 a 5 foi atribuído o valor 2, à classe de 5 a 10, foi atribuído o valor 3, à classe de 10 a 15, foi atribuído o valor 4, à classe de 15 a 20, foi atribuído o valor 5 e à classe de 20 e superiores, foi atribuído o valor 6.

2º Foi convertida a *shapefile* da ocupação do solo em formato *raster* com pixels de 25mx25m, tendo sido reclassificado o *raster* por classes de susceptibilidade, sendo:

Classe de susceptibilidade baixa (valor 2): 212,213,221,222,241,331

Classe de susceptibilidade Média (valor 3): 211,223,231,242,244

Classe de susceptibilidade Elevada (valor 4): 243,311,312,313,321,322,323,324,332,333,334.

3º Multiplicou-se os formatos *raster* reclassificados, de ocupação do solo pelos declives.

Para obter a perigosidade:

4º O resultado da multiplicação anterior foi utilizado, para multiplicar pela probabilidade já anteriormente calculada, em seguida efectuou-se a reclassificação dessa multiplicação, por quantis com 5 classes, tendo sido esse o resultado encontrado para a perigosidade.

FOI ENCONTRADO O MAPA DE PERIGOSIDADE (MAPA N.º 20)

Para obter a vulnerabilidade:

Utilizou-se a cartografia anteriormente validada de ocupação do solo e seguindo a tabela do guia técnico, atribuiu-se um valor de vulnerabilidade a cada elemento de risco, ou seja, a cada tipificação de ocupação do solo.

Para obter o valor económico:

Da mesma forma como foi obtida a vulnerabilidade, assim se obteve o valor económico, utilizado o guia técnico e em casos que este não apresta valores, foi efectuada uma pesquisa para obter esses valores em falta.

Para obter o dano potencial:

Dentro da mesma tabela de atributos foi efectuada a multiplicação da vulnerabilidade pelo valor económico, da qual resultou o dano potencial.

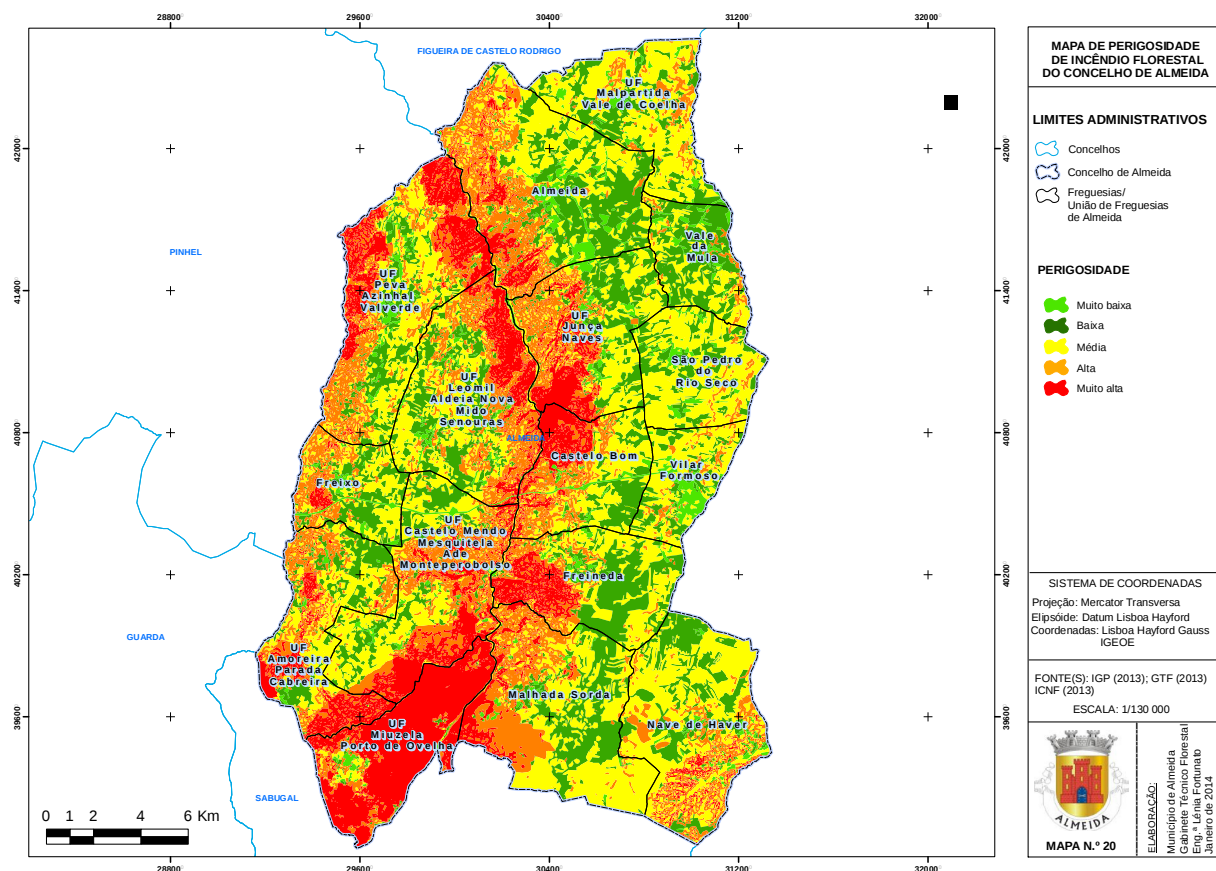
Para obter o risco:

1º Foi convertido o dano potencial de formato vetorial (*shapefile*) para formato *raster* com pixels de 25mx25m, utilizando o valor do dano potencial contido na tabela de atributos.

2º Utilizou-se o ficheiro da perigosidade em formato *raster*, por reclassificar e multiplicou-se esse *raster* pelo que foi convertido no passo descrito anteriormente (dano potencial). O resultado obtido, desta multiplicação foi o risco de incêndio.

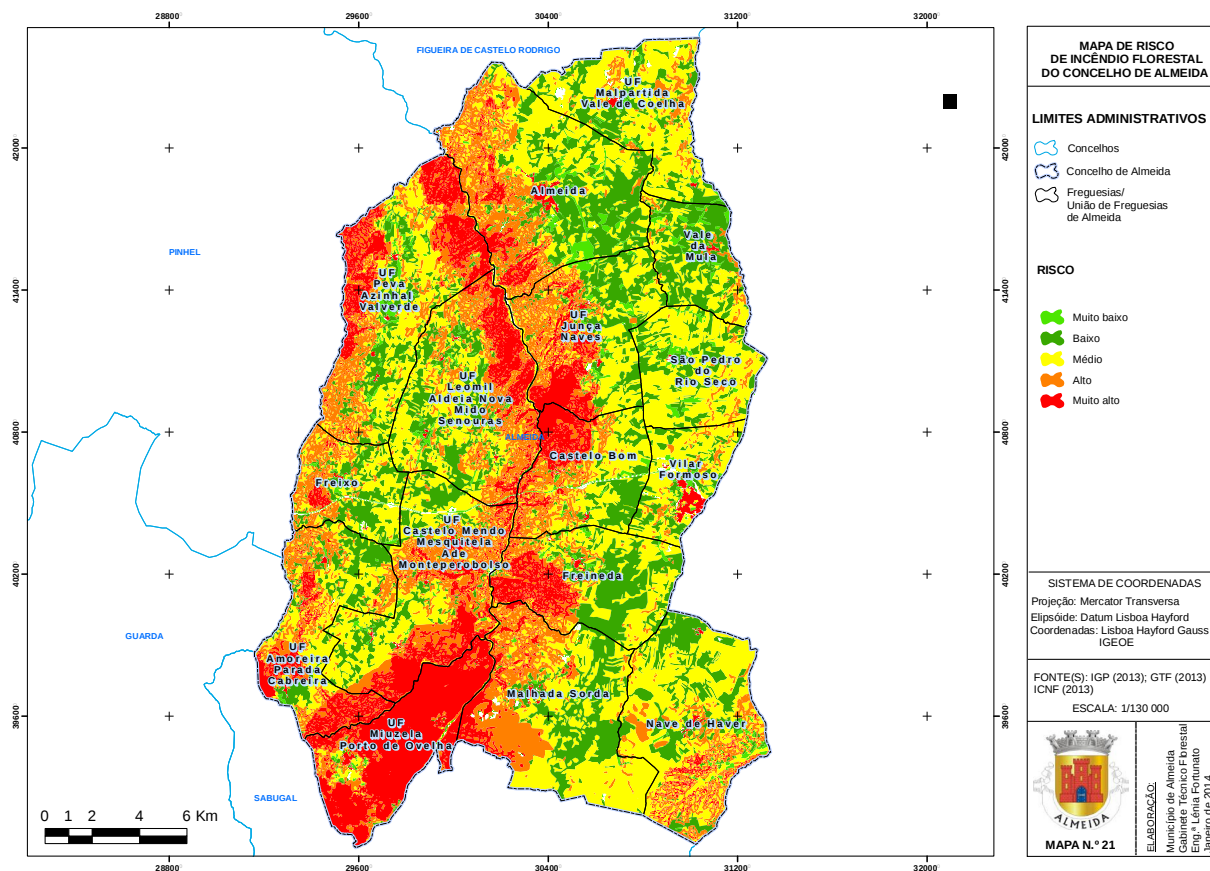
FOI ENCONTRADO O MAPA DE RISCO (MAPA N.º 21)

Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal



Como referido anteriormente, o mapa de perigosidade resulta do produto da probabilidade e da susceptibilidade, a probabilidade é composta pelo valor médio anual em que cada área ardeu, este valor é expresso em percentagem. A susceptibilidade é composta por variáveis lentas como as que derivam da topografia (declives), a ocupação do solo, entre outras. Estas variáveis determinam se um determinado local é mais ou menos susceptível à ocorrência de um dado fenómeno.

Mapa de Risco de Incêndio Florestal

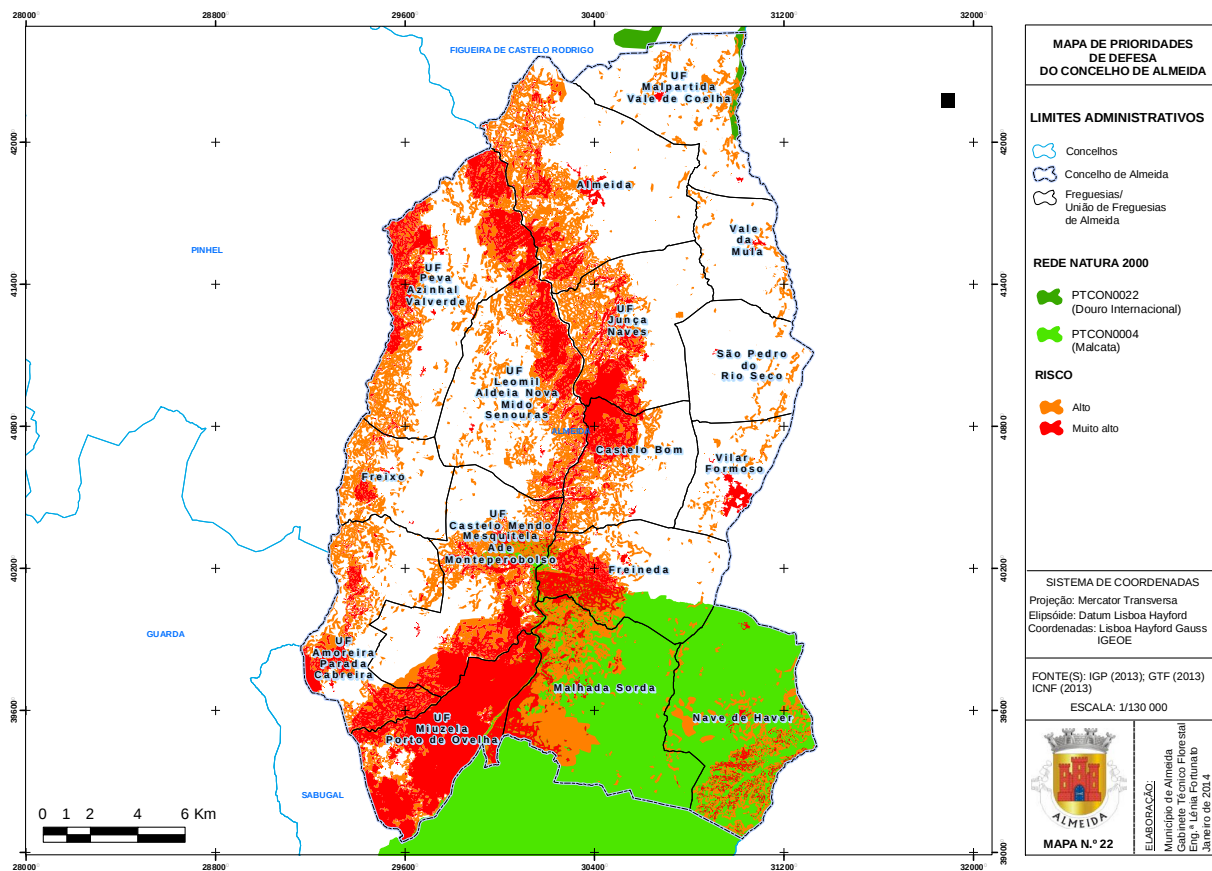


O mapa de Risco de Incêndio Florestal resulta do produto de um mapa de perigosidade florestal com o valor dos danos potenciais.

De acordo com a classificação expressa na carta de risco de incêndio florestal (*muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto*), elaborada pelo GTF para o ano de 2014, o concelho de Almeida apresenta-se com 53% de risco de incêndio nos níveis alto e muito alto. A restante área do concelho, a menos representativa, manifesta risco de Incêndio nos níveis, muito baixo, baixo e médio, estes níveis de risco concentram-se nas zonas de declives mais acentuados.

A deflagração de um incêndio nestas zonas, muitas delas já percorridas pelo fogo, torna-se numa situação que já é delicada devido à forte erosão das encostas do concelho, num acontecimento dramático a nível ecológico e de segurança para as populações.

2.3. Prioridades de defesa



A cartografia de prioridades de defesa teve em consideração os polígonos de risco de incêndio florestal de risco alto e muito alto, e de outros elementos com reconhecido valor ou interesse cultural, ecológico ou outro.

As principais prioridades de defesa são as zonas florestais de elevado interesse e as áreas com declives acentuados, onde deverá fixar-se ou manter-se o coberto vegetal, não descorando a necessidade da preservação de todo o território devido à real importância dos valores em causa.

3

OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

3.1. Objetivos e metas do PMDFCI

Devido ao aumento da sinistralidade dos incêndios e com o evoluir das mentalidades e conhecimentos, tem havido uma maior consciência das entidades públicas envolvidas nesta problemática e até mesmo da população em geral, originando uma procura de mais conhecimento desta problemática e melhorando a prevenção.

Ainda assim e mesmo com maior disponibilidade dos meios e recursos para o combate, regista-se alguma ineficácia na diminuição da área ardida.

Torna-se cada vez mais evidente que se deve usar uma política baseada em ações de prevenção e coordenação, chegando assim a uma situação estável de redução de risco de incêndios, tendo sempre presente que a utilização do fogo de uma forma controlada é sempre útil para manter os ecossistemas florestais.

Assim, terão de ser tomadas medidas de proteção contra incêndios, que integrem cada vez mais ações de prevenção e que englobem os seguintes aspetos fundamentais:

- **Gestão da vegetação, designadamente no que respeita às continuidades verticais e horizontais de cargas de combustíveis.**

Gestão da vegetação através de corte mecânico de matos

Sugere-se utilização de corta-matos, para as áreas de matos e bordadura dos povoamentos, onde não seja possível a aplicação de fogo controlado.

Os produtos resultantes do corte serão, sempre que possível, estilhaçados e deixados no terreno de forma a contribuir para o aumento do teor de matéria orgânica no solo e redução dos fenómenos erosivos.

Gestão da vegetação através de corte manual de matos

Sugere-se a limpeza de matos, por faixas ou manchas de dimensão variável, em zonas com intensa regeneração natural de vegetação autóctone, linhas de água ou locais cujas características orográficas permitam a criação de áreas de contenção do fogo.

- **Realização de ações de sensibilização e formação da população em geral, com especial destaque para as classes etárias mais jovens.**

Para além das ações referidas relativas à gestão da vegetação, é importante a aposta na formação cívica da população.

Adequar a gestão dos espaços florestais à necessidade de conservação dos *habitats* de fauna e flora classificados, através da sensibilização dos produtores florestais para a sua importância e aproveitar as diversas oportunidades existentes na área das ações de formação, para aumentar a especialização e o conhecimento daqueles que desenvolvem o seu trabalho em atividades relacionadas com a floresta.

- **Investigação das principais causas e fatores que contribuem para a ocorrência de incêndios.**
- **Estudo e aplicação das técnicas de gestão de combustíveis que melhor se adequam às características e condicionalismos do concelho.**

Gestão da vegetação através de fogo controlado:

Consiste na eliminação, através do fogo, da parte aérea dos matos por forma a criar áreas de dimensão variável, dominadas predominantemente por gramíneas e/ou arbustos. Esta técnica é utilizada em áreas de matos e/ou sub-coberto de resinosas, pretendendo-se, concomitantemente, criar áreas de pastoreio e quebrar a continuidade vertical e horizontal dos combustíveis.

- **Construção e beneficiação dos pontos de água.**

Uma vez realizado o levantamento, caracterização e validação dos pontos de água distribuídos pelo concelho, é necessário avaliar o seu estado de conservação antes da época crítica dos incêndios. O seu acesso deverá ser fácil e rápido.

A deflagração de incêndios nos matagais, muitas vezes contíguas a povoamentos de espécies florestais resinosas, folhosas ou autóctones, prende-se sobretudo, com a criação de zonas de pasto. Assim, nestas áreas pretende-se criar zonas de pasto para o gado e fauna selvagem, para tal, deverão ser planificadas ações de fogo controlado ou promovidas queimadas devidamente licenciadas.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, formam barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, recomenda-se a limpeza e condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

A gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo (devido quer à topografia, quer à elevada densidade e continuidade do combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições edafoclimáticas desfavoráveis).

Também se deve ter em conta as Faixas de Redução dos Combustíveis (FGC) no planeamento da rede viária estruturante, nacional, municipal e local. Essa abordagem tem como objetivos diminuir a probabilidade da deflagração de fogos nas bermas das estradas, dificultar a propagação de focos nascentes e facilitar a utilização destas vias como pontos de acesso e de apoio ao combate das frentes de fogo.

As FGC, com uma largura mínima de 100 m em redor das povoações, não são delineadas para deter um fogo, mas sim para conferir às forças responsáveis pelo combate aos incêndios, uma maior probabilidade de sucesso no ataque e contenção de um grande incêndio florestal. O traçado das FGC tem em consideração as particularidades da paisagem e o histórico dos (grandes) fogos na região, designadamente no que respeita às causas da ignição e às

condições meteorológicas e de combustíveis que propiciam o seu desenvolvimento, provocando incêndios de grande extensão e intensidade. Neste sentido, deverá ser constantemente recolhida toda a informação disponível sobre anteriores eventos catastróficos e sobre a sua causalidade, aproveitado o conhecimento de técnicos, guardas florestais, bombeiros, sapadores e trabalhadores rurais com experiência local em ações de combate e prevenção de incêndios.

A eficácia das FGC está dependente da capacidade de, em caso de emergência, nelas se concentrarem os recursos de combate; neste sentido, é fundamental não só o sucesso das estratégias de diminuição do número de ignições em situações meteorológicas de elevado perigo de incêndio, mas também a diminuição do risco potencial das diversas infra-estruturas (habitações, etc.). A conceção de uma FGC implica a adopção simultânea de programas de manutenção (em intervalos de 2-5 anos), sem os quais se pode tornar ineficaz e até mesmo perigosa. A manutenção deverá, desejavelmente, ser integrada com atividades geradoras de recursos financeiros como a silvopastorícia, a gestão cinegética, a recolha de biomassa para energia, a agricultura ou a produção de frutos silvestres. Igualmente deverá ser otimizada a utilização dos sapadores florestais ou de outras estruturas locais que operem na gestão de combustíveis.

Também existe a necessidade de um aperfeiçoamento das comunicações da rede de rádio entre os Bombeiros e os Sapadores Florestais e restantes Equipas de Vigilância.

O cumprimento, mesmo que coercivo, do Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, por parte de entidades públicas e privadas, muito pode contribuir para a existência de mais áreas tratadas e consequentemente potenciadoras de incêndios menos violentos, menos rápidos na propagação das chamas e com menor área consumida.

A Rede Primária (RP) de faixas de gestão de combustível foi já aprovada em sede de Comissão Distrital de Defesa da Floresta, tendo sido executada entre 2009 e 2013. É uma estrutura que tem carácter supramunicipal e deverá ser mantida regularmente.

3.1.1. Tipologia do concelho de Almeida

A tipologia dos concelhos surge da tipificação definida pelo ICNF com base no número de ocorrências e área ardida em cada concelho, para distinguir os vários tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo. Deste modo, os municípios do território Continental foram divididos em quatro modelos de tipologias:

Poucas ocorrências

- ✓ Pouca área ardida (T1);
- ✓ Muita área ardida (T2).

Muitas ocorrências

- ✓ Pouca área ardida (T3);
- ✓ Muita área ardida (T4).

Com base no diagnóstico realizado no Caderno I, o município de Almeida enquadra-se na tipologia T2.

3.1.2. Objetivos e Metas

Quadro 3. Objetivos e metas

Objetivos	Metas				
	2014	2015	2016	2017	2018
<u>Sensibilização da população:</u> Programas a desenvolver ao nível local, e dirigidos a grupos específicos da população rural, em função dos históricos das causas dos incêndios. <u>Promover práticas na educação florestal.</u>	Anualmente a CMDFCI, de acordo com o PMDFCI, desenvolve estas acções.				
Redução do número de ocorrências	<50/ano	<45/ano	<40/ano	<35/ano	<30/ano
Redução da área ardida	Média da área ardida < 128ha/ano				
Redução do número de reacendimentos	Média dos reacendimentos < 3/ano				

Fonte: GTF de Almeida (2013)

4

EIXOS ESTRATÉGICOS

4. Eixos estratégicos

Com a compatibilização deste Plano com os instrumentos de planeamento florestal de nível superior, designadamente o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), os Planos Regionais e Municipais de Ordenamento Florestal (PROF e PMOF) E o Plano Diretor Municipal (PDM), é possível definir os objetivos estratégicos para os próximos 5 anos. Pretendendo-se desenvolver todas as ações que assentam na Política Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A implementação deste Plano, visa essencialmente garantir uma gestão adequada do património florestal, sendo necessárias várias medidas de planeamento adequadas e uma gestão atempada.

Deste modo é possível definir claramente as metas a atingir e qual o papel dos vários intervenientes na defesa da floresta local contra incêndios, por forma a facilitar uma boa coordenação.

Os objetivos deste Plano enquadram-se nos cinco eixos de atuação, assentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios:

- 1º Eixo Estratégico** – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
- 2º Eixo Estratégico** – Redução da incidência de incêndios
- 3º Eixo Estratégico** – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão aos incêndios
- 4º Eixo Estratégico** – Recuperar e reabilitar os ecossistemas
- 5º Eixo Estratégico** – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

4.1. 1º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Objetivo estratégico - Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.

Objetivos operacionais

- Proteger zonas de interface urbano/florestal;
- Implementar programas de redução de combustíveis;
- Condicionar trabalhos / acesso a áreas florestais, durante o período crítico;
- Definir prioridades de planeamento e execução das infra-estruturas de DFCI face ao risco;
- Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais.

Ação

- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios;
- Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível;
- Promover ações de silvicultura no âmbito da DFCI;
- Promover ações de gestão de pastagens;
- Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária florestal e rede de pontos de água);
- Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

Neste eixo estratégico define-se o ordenamento e planeamento florestal, definindo as ações de prevenção que se prendem com a gestão da vegetação (para diminuir a área ardida), realizando intervenções localizadas nas zonas de interface agrícola e urbano com a floresta para proteção dos edifícios e outras infraestruturas, dando resposta ao disposto no artigo 15.º do DL 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL 17/2009, de 14 de janeiro, definindo os espaços florestais onde será obrigatória a gestão de combustíveis, na várias infraestruturas presentes e se operacionaliza, ao nível municipal, as faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

Pretende-se que a gestão florestal sustentada seja uma tarefa partilhada, onde se prevejam medidas de defesa dos povoamentos contra os incêndios florestais, em especial no que concerne à criação/manutenção de infraestruturas. Tendencialmente deverão ser facilitadas as ações de pré-supressão e supressão.

É fundamental delinear uma linha de ação que realize a gestão funcional dos espaços e introduza ao mesmo tempo, princípios de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Essas medidas deverão atuar ao nível da estrutura, relacionadas com a disposição e distribuição do estrato subarbustivo, arbustivo e arbóreo. Neste eixo de atuação é importante aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível

As faixas de gestão de combustíveis que integram as redes primárias, secundárias, terciárias e os mosaicos de parcelas de gestão de combustível, conforme estabelecido no DL 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009, de 14 de junho, cumprindo um papel fundamental na prevenção de incêndios.

O objetivo principal das FGC passa por reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva as vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas, povoamentos florestais entre outros, através da redução/alteração dos combustíveis, atuando sobre a quantidade e a distribuição da vegetação no sentido de diminuir a intensidade de um fogo, pelo corte manual ou mecânico do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo) tendo sempre presente a remoção ou destroçamento, a supressão da parte inferior das copas e a abertura dos povoamentos.

Na RFGC delimitada neste PMDFCI, os responsáveis pela sua execução são obrigados a cumprir os seus deveres de acordo com os critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustíveis definidos no Anexo ao DL 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo DL 17/2009, de 14 de janeiro. Cumprindo com a calendarização prevista no PDMFCI.

A execução das FGC para proteção das edificações, designadamente as habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, deverá ser realizada sempre que se verifique o incumprimento dos critérios referidos.

As FGC definidas neste Plano, que se encaixam na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, conforme referido no Art.º 15.º do referido DL, de interesse municipal e no âmbito da proteção civil de populações e infraestruturas, desenvolvem-se sobre a rede viária, rede das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica (alta e média tensão), aglomerados populacionais, parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais e aterros sanitários, inseridos ou confinantes com espaços florestais, em que a execução das mesmas é da responsabilidade das entidades gestoras. Sempre que estas se interessem com outras, são estas entidades que têm a responsabilidade da gestão de combustível.

Na rede viária inserida nos espaços florestais, foram delimitadas faixas de gestão de combustível com 10m para cada lado, sendo da responsabilidade a sua execução das Estradas de Portugal, no caso de Estradas Nacionais e do Município de Almeida e Juntas/União de Freguesia as restantes estradas e caminhos.

Nas envolventes aos aglomerados populacionais, definidos segundo a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo DL n.º 17/2009, de 14 de junho, foi delimitada uma faixa de gestão de combustível com 100m de largura, a sua execução é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título detenham os terrenos inseridos na faixa referida.

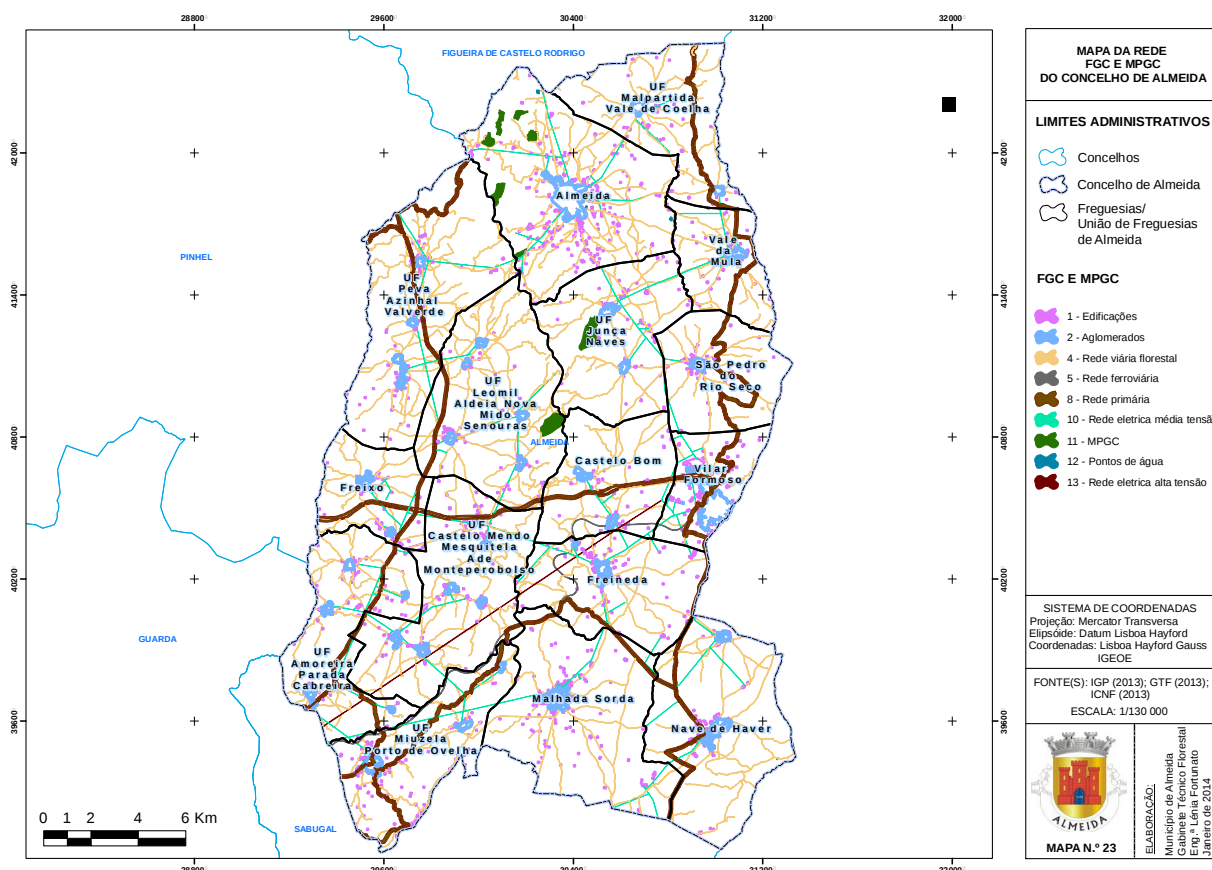
Nas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica, a gestão do combustível correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescidos de uma faixa de 10m para cada um dos lados no caso de linhas

em alta tensão, e de 7m para cada um dos lados no caso de linhas em média tensão, a sua execução é da responsabilidade da entidade gestora das referidas linhas elétricas, no caso de Almeida, é a EDP.

Nos parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais e aterros sanitários, inseridos ou confinantes com espaços florestais, foi delimitada uma faixa de gestão com 100m de largura, a sua execução é da responsabilidade das respetivas entidades gestoras.

Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, possuam ou detenham terrenos confinantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de 50m à volta daquelas edificações, ainda que não estejam delimitadas na Carta da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios deste Plano.

Os mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis considerados neste Plano foram delineados como um apoio para Rede Primária. A Rede Primária foi traçada a nível distrital e incluída no planeamento municipal.



Quanto às faixas de gestão de combustíveis existem dois tipos de intervenção silvícola (interrupção de combustível e redução de combustível), sendo que no concelho de Almeida foi considerado apenas um tendo como objectivo a redução da carga combustível com vista à compartimentação do espaço florestal e à proteção de pessoas e bens.

As ações são desenvolvidas com base nas infra-estruturas já existentes, tendo-se optado por selecionar aquelas que são prioritárias, no que diz respeito à proteção da população e da floresta.

Durantes os próximos 5 anos de vigência deste PMDFCI vão ser alvo de intervenção 47.2% da área de FGC do concelho.

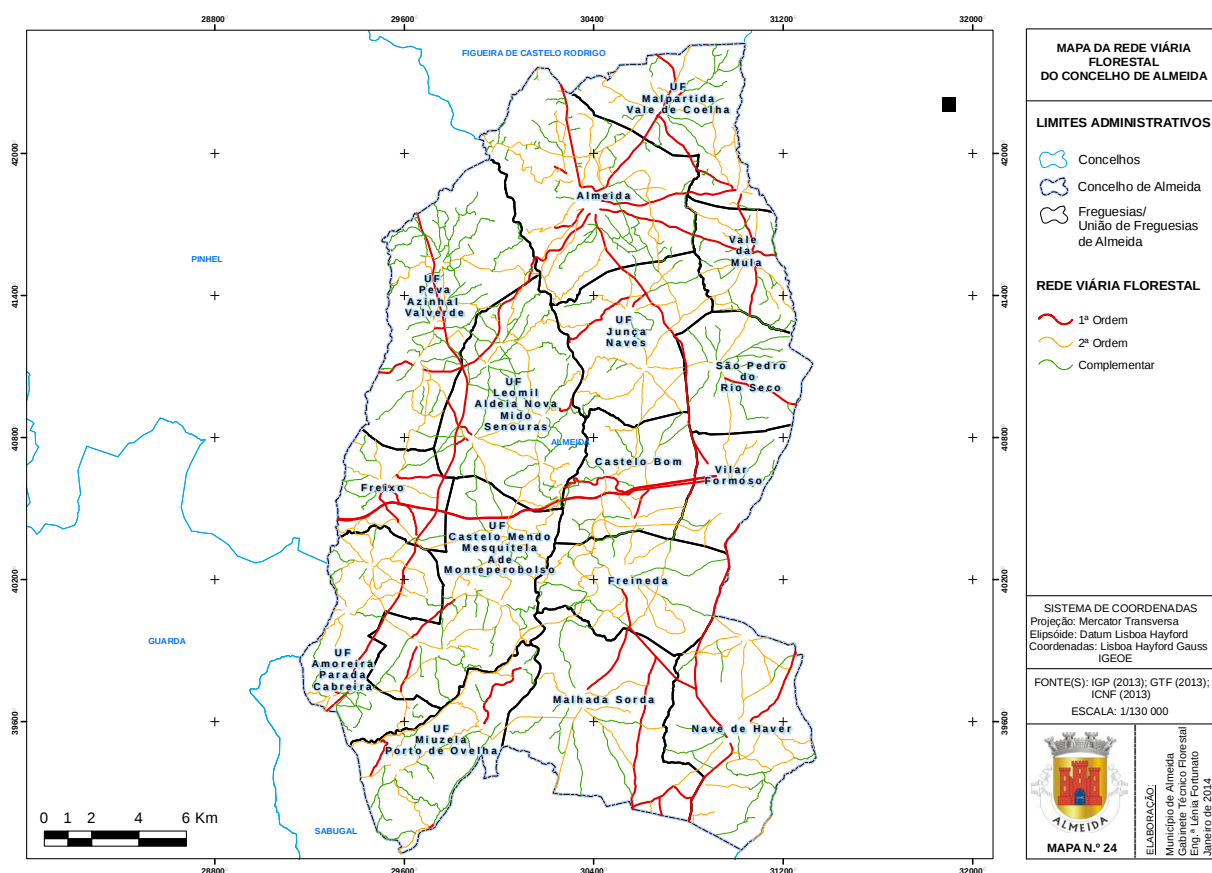
Rede Viária Florestal

A rede viária é um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios. A acessibilidade aos espaços florestais constitui um aspecto relevante para o ordenamento florestal. É determinante no escoamento dos produtos florestais, no combate a incêndios florestais e na oferta do recreio e lazer às populações.

No contexto da Defesa da Floresta Contra Incêndios, a rede viária desempenha funções de:

- ❖ Rápido deslocamento dos meios de combate, não só à zona de fogo, mas também aos pontos de reabastecimento de água, combustível, etc.;
- ❖ Integração da rede das Faixas de Gestão de Combustíveis, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;
- ❖ Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa.

A rede viária constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço dos incêndios florestais. Além das restantes infra-estruturas com acuidade para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a existência de cartografia de estradas e caminhos assume elevada importância, para as operações de coordenação dos meios e desenvolvimento das várias estratégias de combate.



Como se pode observar nos quadros apresentados anteriormente, a rede viária de 2ª Ordem é a que se evidencia com maior comprimento (m), seguida da 3ª Ordem e posteriormente a 1ª Ordem.

É essencial que exista uma boa cobertura de rede viária para o combate mais eficiente e eficaz de incêndios florestais, pois quanto maior a densidade de rede viária existente, maiores são as probabilidades de os meios de combate, chegarem no mais curto espaço de tempo aos incêndios.

O concelho conta com uma vasta rede de caminhos e estradas justificada pela dura topografia serrana.

Os 430km de rede viária florestal comportam um conjunto de infra-estruturas de razoável qualidade, tendo particular importância para a implementação da Rede Primária e Secundária de faixas de gestão de combustível.

Os invernos rigorosos, associados à predominância de declives acentuados e à falta de valetas adequadas ao escoamento das águas pluviais, fazem com que se verifique uma rápida erosão e deterioração em muitos dos caminhos representados. Assim, não havendo capacidade para manter operacional, toda a rede viária, deverão ser intervencionadas regularmente as estradas prioritárias do ponto de vista da DFCI.

Rede de Pontos de Água

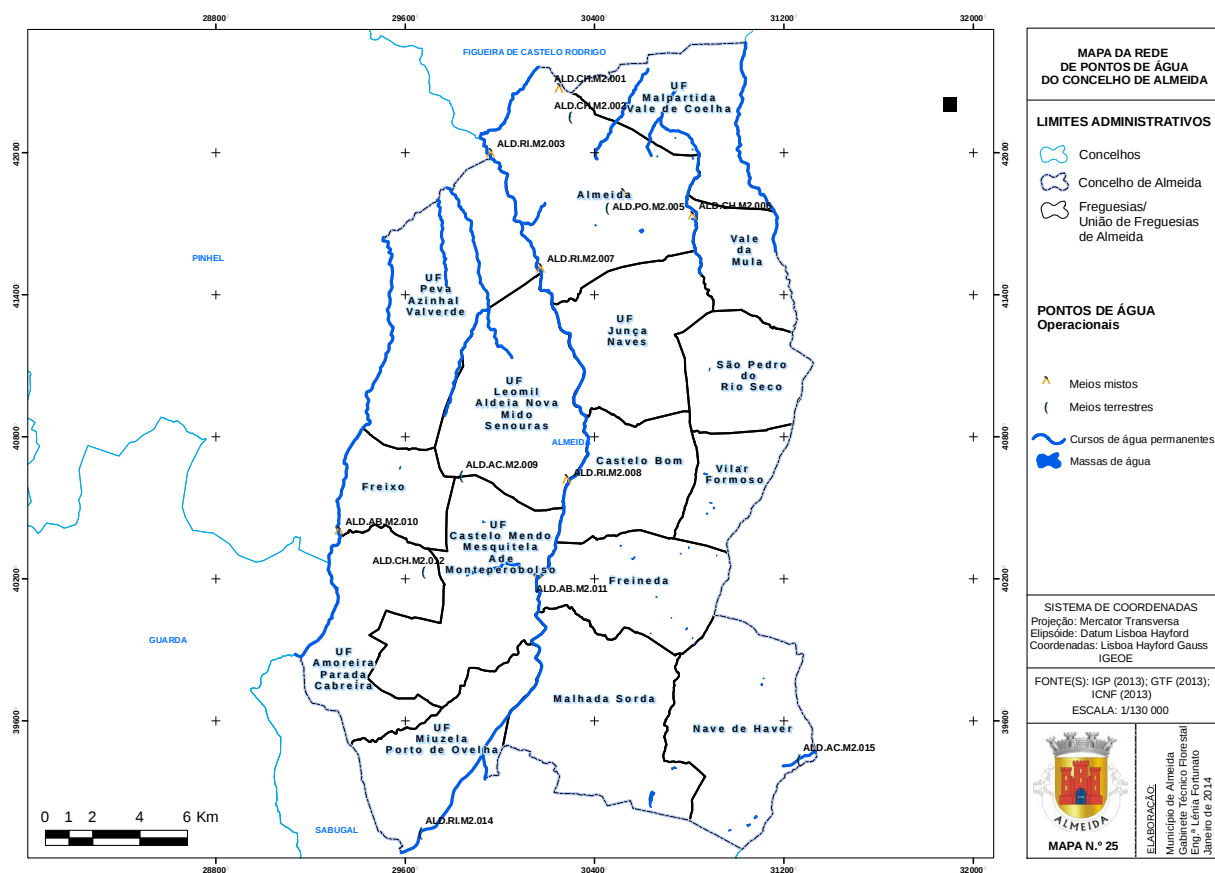
De acordo com o Decreto-Lei nº 17/2009 de 14 de janeiro – “a rede de pontos de água” – constitui um o conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água, com funções de apoio ao reabastecimento dos equipamentos para a luta contra incêndios. As estruturas de armazenamento de água são construções ou equipamentos concebidos com a finalidade de armazenar água, em volumes de pequena dimensão, com localização independente da fisiografia do terreno e da rede hidrográfica, podendo ser fixas ou móveis.

As massas de água/planos de água constituem recursos hídricos superficiais, de dimensão variável, geralmente integradas na rede hidrográfica natural, com as características fundamentais de armazenamento e extração ou suscetíveis de utilização neste âmbito, podendo ser naturais ou artificiais.

As tomadas de água são pontos de ligação a redes de abastecimento de água canalizada, redes públicas, redes privadas e pontos de água existentes no próprio maciço. O concelho não dispõe de tomadas de água relevantes para o rápido abastecimento de viaturas.

Com as constantes alterações climáticas e um eventual cenário de seca, torna-se cada vez mais importante para a estrutura de combate aos incêndios florestais, uma caracterização detalhada dos pontos de água.

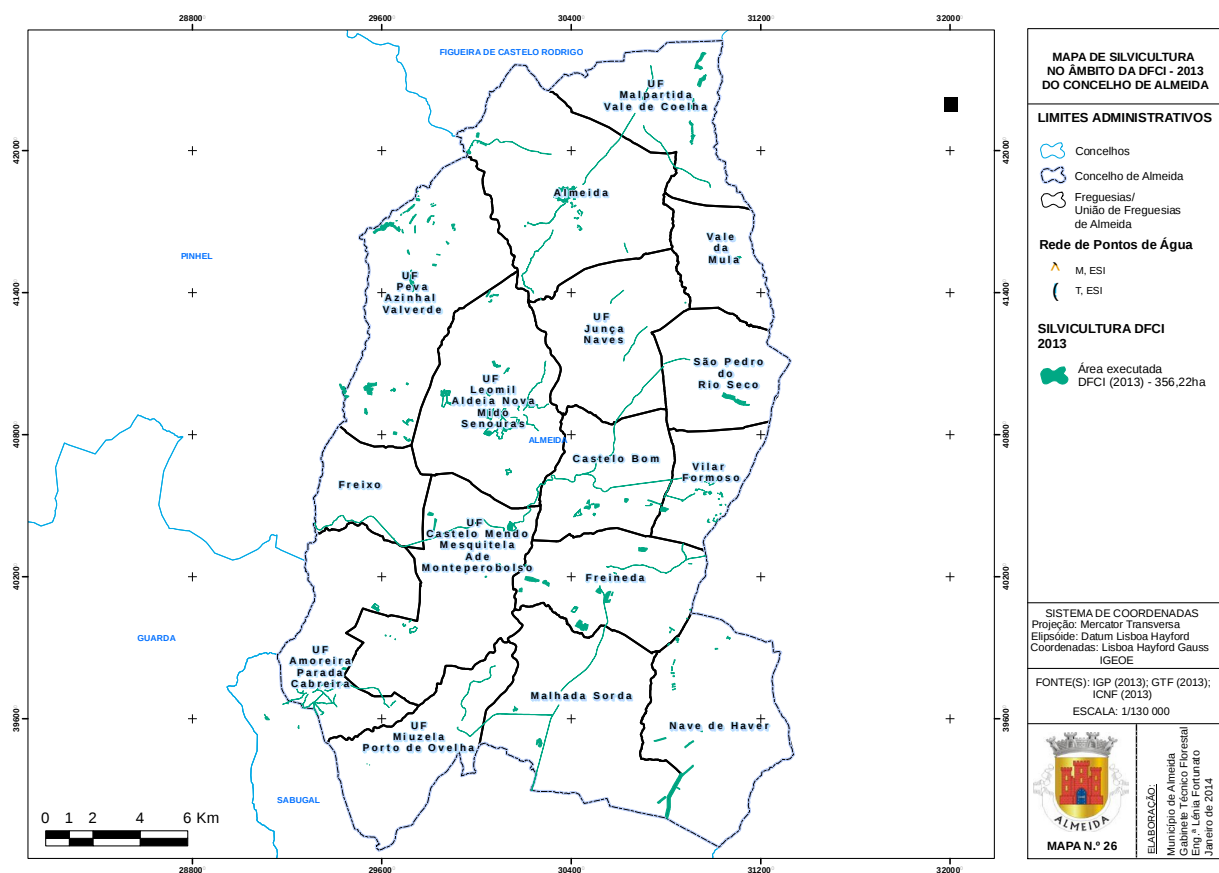
Os pontos de água têm de estar em condições de poder garantir o reabastecimento dos equipamentos de luta. A sua distribuição por todo o concelho tem de ser o mais homogênea possível, estando facilmente acessível por parte dos meios de combate.



Como se pode verificar no quadro anterior, neste concelho, em toda a sua área, estão distribuídos 15 pontos de água, construídos estrategicamente para o combate aos incêndios florestais. Estes estão localizados nas freguesias de Almeida, Nave de Haver, Freixo e Vale da Mula e União de freguesias de Leomil/Senouras/Mido/Aldeia Nova, Castelo Mendo/Mesquitela/Ade/Monteperobolso, Parada/Amoreira/Cabreira, Miuzela/Porto de Ovelha.

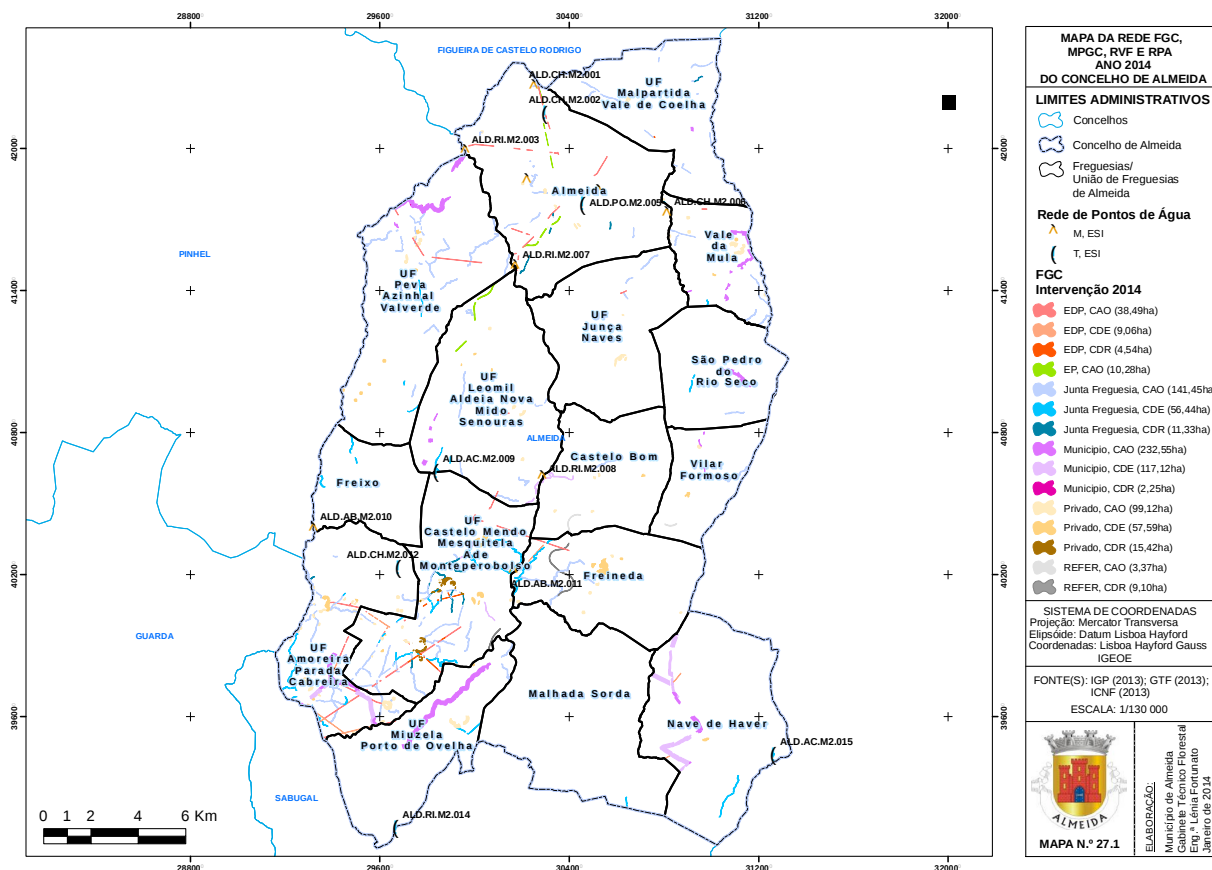
A rede de pontos de água existente no concelho não está ajustada ao grau de risco de incêndio nele existente, nem ao padrão da sua distribuição. De facto, verifica-se que em 8 das freguesias/uniões de freguesias do concelho não existem quaisquer pontos de água.

Silvicultura no âmbito de DFCI - 2013

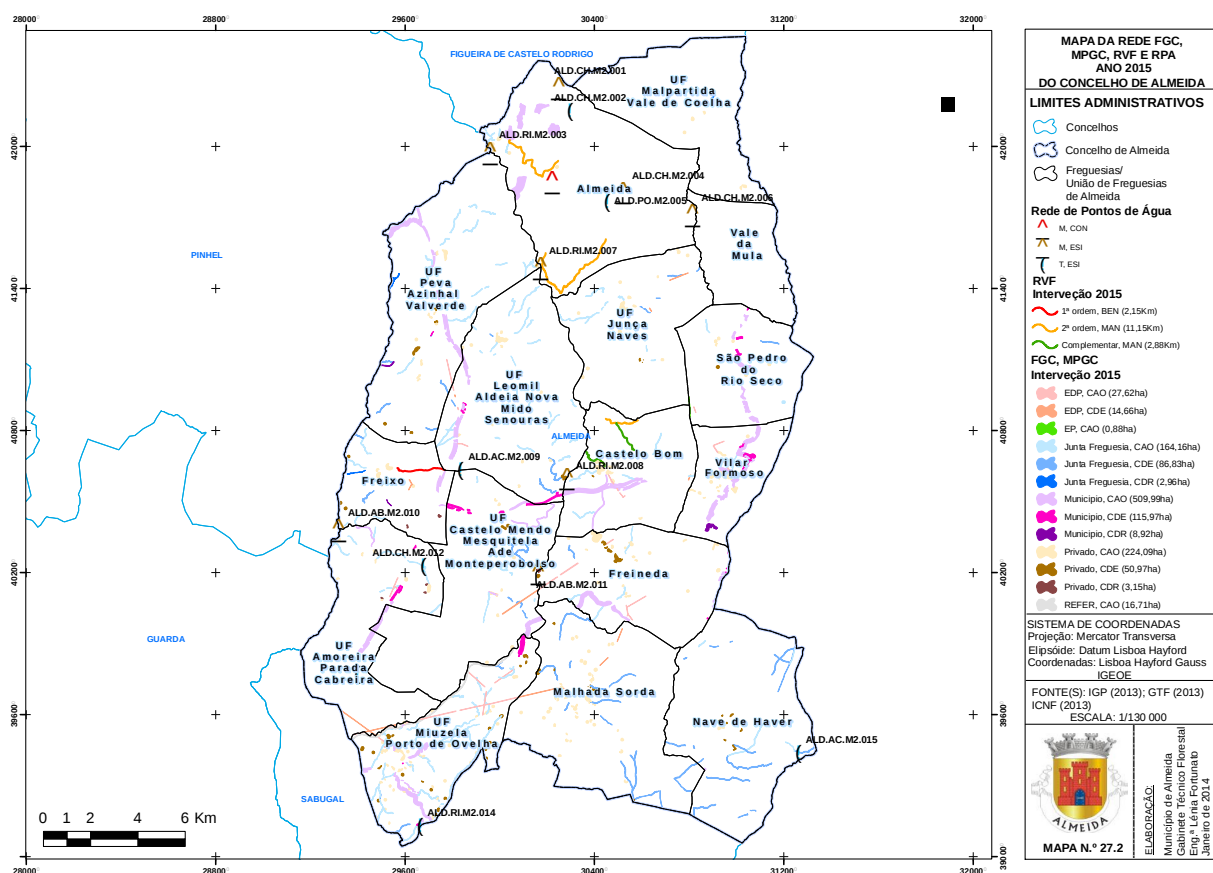


4.1.2. Planeamento das ações referentes ao 1º eixo estratégico

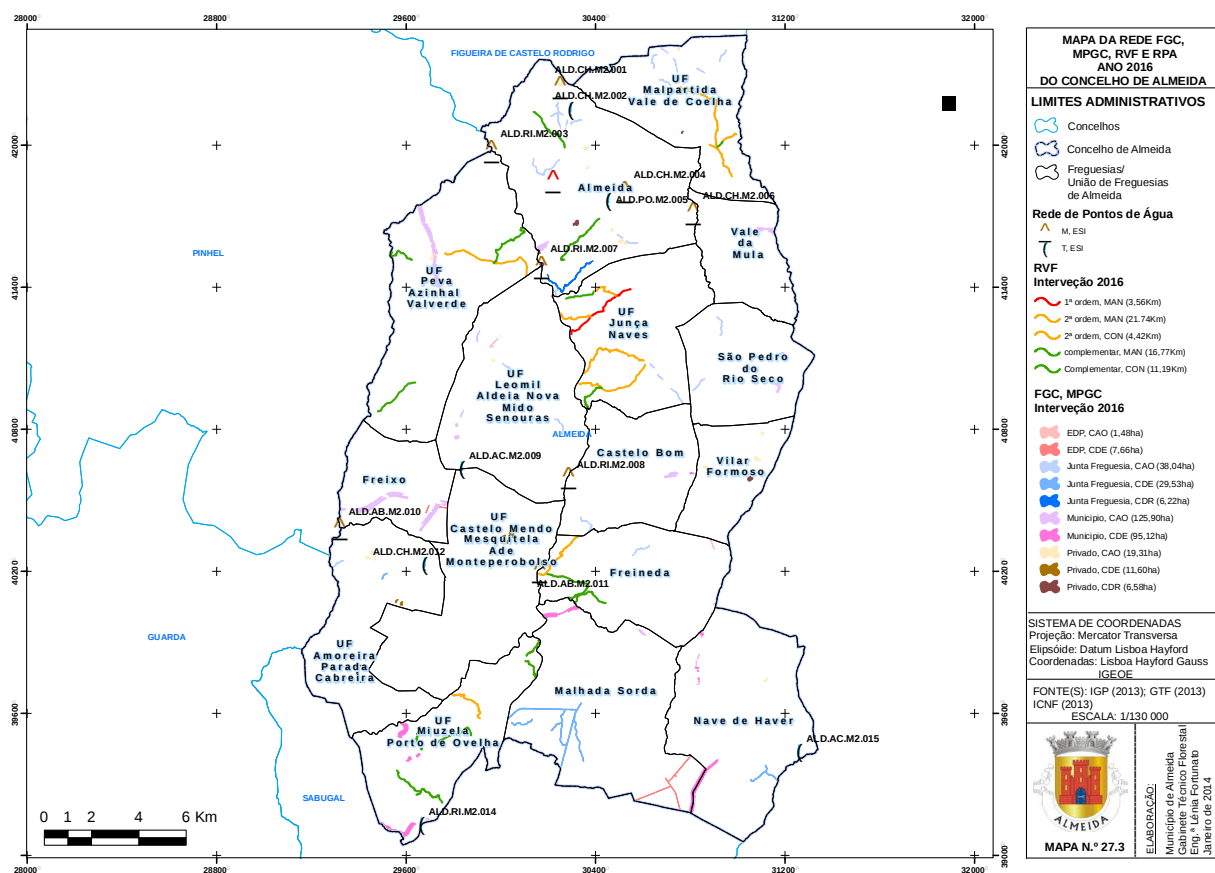
Ano 2014



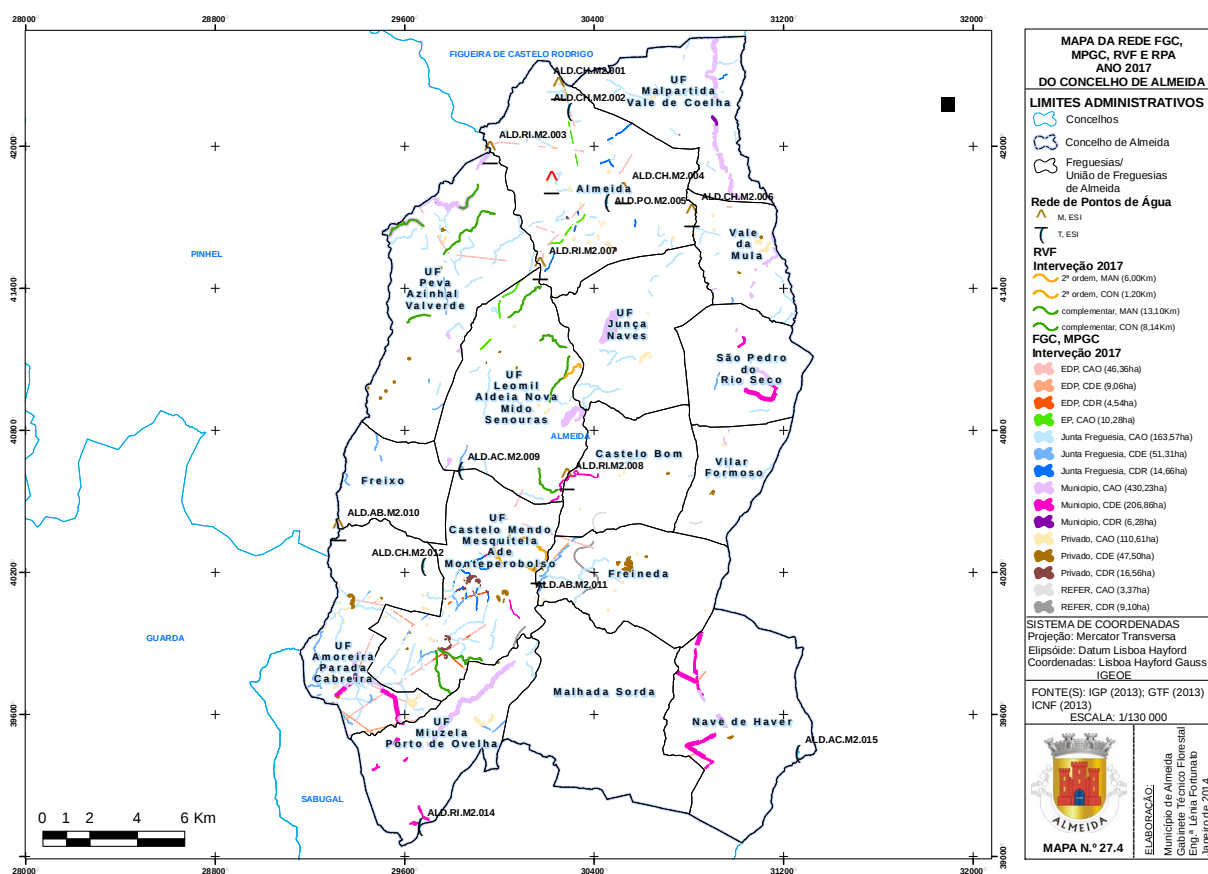
Ano 2015



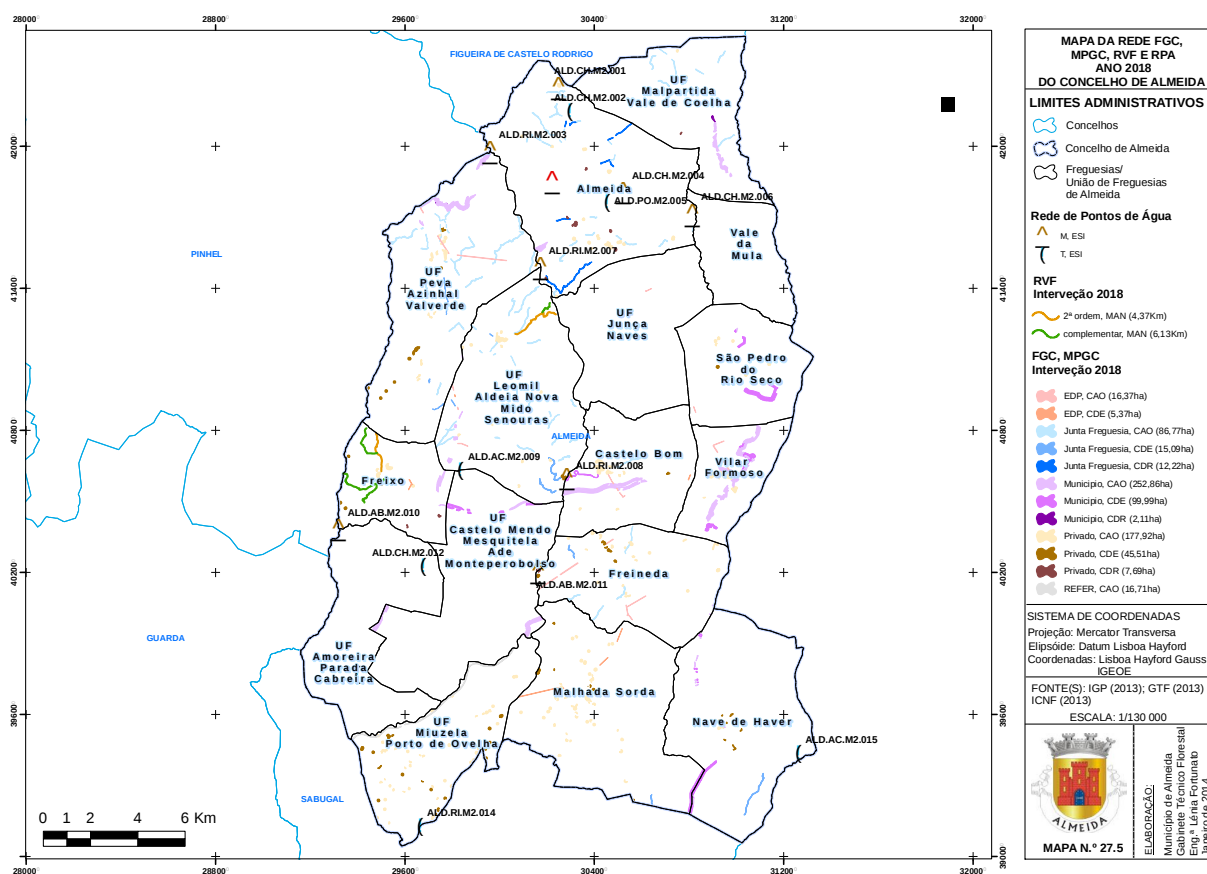
Ano 2016



Ano 2017



Ano 2018



Rede de FGC e MPGC

Quadro 4. Rede FGC e MPGC

Freguesias	Área total (ha)	Código da descrição da faixa	Área total com intervenção (ha)	Ano				
				2014	2015	2016	2017	2018
Almeida	202,79	1	67,26	5,50	6,70	7,61	22,70	24,75
	103,99	2	0	0	0	0	0	0
	194,06	4	97,94	12,67	8,19	21,45	26,50	29,13
	27,31	8	27,31	0	0	27,31	0	0
	26,69	10	8,73	8,73	0	0	8,73	0
	73,65	11	73,63	0	65,18	8,45	0	8,45
	4,45	12	1,44	0	0,35	1,09	0	1,09
Sub - total	730,95	---	277,01	26,90	80,42	65,91	57,93	63,42
Castelo Bom	34,77	1	7,58	2,93	2,29	0	2,36	2,93
	53,14	2	14,97	0	14,97	0	0	14,97
	76,21	4	29,71	6,03	15,34	1,80	6,54	6,03
	7,23	5	2,33	2,33	0	0	2,33	0
	4,68	7	0	0	0	0	0	0
	85,12	8	57,75	0	51,50	6,25	0	51,50
	6,99	10	1,63	0	1,63	0	0	1,63
	0,26	12	0,26	0	0,26	0	0	0,26
Sub - total	268,40	---	114,23	11,29	85,99	8,05	11,23	77,32
Freineda	76,74	1	28,00	5,72	22,28	0	5,72	22,28
	60,35	2	30,99	16,66	14,33	0	16,66	0
	78,37	4	27,93	18,91	7,32	1,70	18,91	7,32
	6,97	5	6,97	6,97	0	0	6,97	0
	9,79	7	4,39	0	4,39	0	0	4,39
	91,69	8	48,37	0	47,98	0,39	0	0,39
	16,59	10	6,52	3,58	2,35	0,59	3,58	2,35
	0,55	12	0,24	0	0,24	0	0	0,24
Sub - total	341,05	---	153,41	51,84	98,89	2,68	51,84	36,97
Freixo	41,78	1	6,45	0	6,45	0	0	6,45
	48,72	2	7,07	0	7,07	0	0	7,07
	53,39	4	14,08	3,69	10,39	0	3,69	0
	110,07	8	59,47	0	9,61	49,86	0	9,61
	8,98	10	1,7	0	0,73	0,97	0	0,73
	0,75	12	0	0	0	0	0	0
Sub - total	263,69	---	88,77	3,69	34,25	50,83	3,69	23,86

Freguesias	Área total (ha)	Código da descrição da faixa	Área total com intervenção (ha)	Ano				
				2014	2015	2016	2017	2018
Malhada Sorda	105,48	1	33,07	0	33,07	0	0	33,07
	83,77	2	4,15	0	4,15	0	0	4,15
	100,48	4	54,34	0,93	29,43	23,98	0	0,93
	77,95	8	46,15	0	0	31,40	0	14,75
	16,13	10	13,88	0	4,20	6,68	0	4,20
Sub - total	383,81	---	148,59	0,93	70,85	62,06	0	57,10
Nave de Haver	43,45	1	5,15	0	4,65	0,50	0	4,65
	90,35	2	1,73	1,73	0	0	1,73	0
	104,64	4	37,56	4,20	33,36	0	0	4,20
	156,84	8	68,68	12,59	0	21,51	0	34,58
	12,98	10	1,05	1,05	0	0	1,05	0
	0,33	12	0,33	0,33	0	0	0,33	0
Sub - total	408,59	---	114,50	19,90	38,01	22,01	3,11	43,43
São Pedro do Rio Seco	41,46	1	5,88	0	5,88	0	0	5,88
	26,88	2	0	0	0	0	0	0
	52,22	4	11,58	2,95	4,62	4,01	2,95	0
	139,48	8	135,56	17,40	33,86	3,49	49,11	32,06
	3,15	10	0,36	0	0,36	0	0	0,36
Sub - total	263,19	---	153,38	20,35	44,72	7,50	52,06	38,30
Vale da Mula	34,86	1	7,36	7,36	0	0	7,36	0
	46,69	2	13,32	13,32	0	0	13,32	0
	62,15	4	9,78	9,78	0	0	9,78	0
	82,87	8	31,77	24,17	0	7,60	24,17	0
	9,36	10	0,65	0,65	0	0	0,65	0
Sub - total	236,24	---	62,88	62,88	0	7,60	62,88	0
Vilar Formoso	75,80	1	15,93	3,20	6,75	5,98	3,20	0
	107,10	2	18,06	0	18,06	0	0	18,06
	25,06	4	4,75	4,05	0,70	0	4,05	0
	2,60	5	1,03	1,03	0	0	1,03	0
	143,96	8	85,36	0	85,36	0	0	85,36
	11,98	10	1,92	0	1,92	0	0	1,92
Sub - total	366,50	---	127,05	8,28	112,79	5,98	8,28	105,34

Freguesias	Área total (ha)	Código da descrição da faixa	Área total com intervenção (ha)	Ano				
				2014	2015	2016	2017	2018
União de freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira	63,32	1	20,98	13,47	5,52	1,99	13,47	0
	89,62	2	33,29	25,60	4,15	3,54	25,60	0
	85,74	4	49,87	33,54	14,46	1,87	33,54	0
	4,05	7	4,05	4,05	0	0	4,05	0
	155,64	8	97,59	72,56	25,03	0	72,56	0
	17,87	10	16,41	10,76	5,65	0	10,76	0
	0,39	12	0	0	0	0	0	0
Sub - total	416,63	---	222,19	159,98	54,81	7,40	159,98	0
União de freguesia de Azinhal, Peva e Valverde	61,95	1	30,47	12,36	5,06	2,90	10,15	12,36
	76,16	2	12,76	0	12,76	0	0	12,76
	147,54	4	58,81	28,53	30,28	0	30,28	28,53
	207,04	8	207,04	49,33	64,90	40,81	79,41	49,33
	17,33	10	6,04	4,52	1,52	0	4,52	0
	1,25	12	0,58	0,58	0	0,58	0	0
Sub - total	511,24	---	315,70	95,32	114,52	14,29	124,36	102,98
União de freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela	78,32	1	20,01	8,62	11,39	0	8,62	0
	107,51	2	56,39	28,20	0	10,08	18,11	0
	129,60	4	80,44	62,42	18,02	0	62,42	0
	2,13	5	2,13	2,13	0	0	2,13	0
	15,01	7	11,49	7,78	3,71	0	7,78	0
	85,43	8	49,70	0	49,70	0	0	49,70
	17,72	10	9,60	9,34	0,26	0	9,34	0
	0,68	12	0,39	0	0,39	0	0	0,39
Sub - total	436,40	---	230,15	118,49	83,47	10,08	118,49	50,09
União de freguesias de Junça e Naves	52,48	1	9,45	0,17	9,28	0	0,17	0
	49,01	2	14,30	5,79	8,51	0	5,79	0
	101,67	4	31,53	3,16	10,62	2,68	15,07	0
	15,67	10	1,76	0,38	1,38	0	0	0,38
	67,61	11	64,36	0	0	0	64,36	0
Sub - total	286,44	---	121,40	9,50	29,79	2,68	85,39	0,38
União de freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova	51,17	1	12,41	3,15	7,99	1,27	3,15	7,99
	87,18	2	11,72	3,40	8,32	0	3,40	8,32
	168,91	4	54,28	20,97	33,31	0	20,97	33,31
	89,64	8	57,43	0	44,08	3,24	4,02	6,09
	16,05	10	3,04	0,94	1,23	0,87	0,94	1,23
	57,75	11	35,93	0	0	0	35,93	0
	0,42	12	0	0	0	0	0	0
Sub - total	471,12	---	174,81	28,46	94,93	5,38	68,41	56,94

Freguesias	Área total (ha)	Código da descrição da faixa	Área total com intervenção (ha)	Ano				
				2014	2015	2016	2017	2018
União de freguesias de Malpartida e Vale de Coelha	40,46	1	4,89	0	3,04	1,85	0	1,85
	44,43	2	5,58	3,51	2,07	0	3,51	0
	76,16	4	19,47	10,85	0,14	8,48	10,85	8,48
	130,24	8	105,63	1,11	0	0	82,18	22,20
	5,13	10	0,07	0,07	0	0	0,07	0
Sub - total	220,26	---	135,64	15,54	5,25	10,33	96,61	32,53
União de freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha	81,73	1	41,92	0,50	41,42	0	0,50	41,42
	61,44	2	20,79	10,18	10,61	0	10,18	0
	68,65	4	61,35	6,03	55,32	0	6,03	0
	16,70	5	16,70	0	16,70	0	0	16,70
	262,65	8	288,36	86,79	62,20	36,36	103,01	0
	13,94	10	13,07	0,17	0	12,90	0	0
	0,10	12	0	0	0	0	0	0
Sub - total	505,21	---	467,22	103,67	211,28	49,26	119,72	58,12
TOTAL (FGC 1)		361,81						
TOTAL (FGC 2)		245,12						
TOTAL (FGC 4)		643,42						
TOTAL (FGC 5)		29,16						
TOTAL (FGC 7)		19,93						
TOTAL (FGC 8)		1230,61						
TOTAL (FGC 10)		96,43						
TOTAL (FGC 11)		173,92						
TOTAL (FGC 12)		3,24						
FGC TOTAL	6109,72	---	2881,90	737,02	1134,94	332,04	1023,98	746,78

Fonte: GTF de Almeida (2013)

Nos quadros acima representados observa-se que a união de freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha e a união de freguesias de Azinhal, Peva e Valverde, se encontram com maior área de faixas de gestão de combustível (FGC) com intervenção.

Comparando as FGC de edificações integradas em espaços rurais, aglomerados populacionais, rede viária, rede ferroviária e linhas eléctricas de média e alta tensão, a rede primária é a que se encontra com maior área de FGC, seguida da rede viária.

A rede primária está definida em locais estratégicos para facilitar o combate aos incêndios florestais assim como, para funcionar como uma zona de interrupção de combustível e como consequência de impedimento na passagem do fogo.

Implantação de novas edificações no espaço florestal ou rural

“Nos termos do artigo 16.º do DL 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro, as novas edificações no espaço florestal para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas, são permitidas desde que não colidam com as áreas classificadas no PMDFCI de perigosidade de incêndio Alta e Muito Alta, e não colidam com áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos, de acordo com o DL n.º 327/90 de 22 de outubro, com as alterações dadas pelo DL n.º 55/2007, de 12 de março.

Quando permitidas, deverão garantir uma distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respectivos acessos.”

Rede Viária Florestal

Quadro 5. Rede viária florestal

Freguesias	Comprimento total (Km)	Designação da Ordem (RVF)	Comprimento total com intervenção (Km)	Ano				
				2014	2015	2016	2017	2018
Almeida	25,00	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	47,74	2ª Ordem	4,01	0	4,01	0	0	0
	38,79	Complementar	4,92	0	4,92	0	0	0
Sub - total	11,53		8,93	0	8,93	0	0	0
Castelo Bom	21,67	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	20,44	2ª Ordem	1,61	0	1,61	0	0	0
	16,58	Complementar	2,88	0	2,88	0	0	0
Sub - total	58,69		4,49	0	4,49	0	0	0
Freineda	5,96	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	29,14	2ª Ordem	2,84	0	0	2,84	0	0
	18,12	Complementar	5,09	0	0	5,09	0	0
Sub - total	53,22		7,93	0	0	7,93	0	0
Freixo	19,61	1ª Ordem	2,15	0	2,15	0	0	0
	13,61	2ª Ordem	1,81	0	0	0	0	1,81
	9,86	Complementar	6,43	0	0	0	0	6,43
Sub - total	43,08		10,39	0	2,15	0	0	8,24
Malhada Sorda	18,26	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	21,50	2ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	18,71	Complementar	0	0	0	0	0	0
Sub - total	58,47		0	0	0	0	0	0
Nave de Haver	11,17	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	31,71	2ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	22,65	Complementar	0	0	0	0	0	0
Sub - total	65,53		0	0	0	0	0	0
São Pedro do Rio Seco	7,37	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	6,19	2ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	21,37	Complementar	0	0	0	0	0	0
Sub - total	34,93		0	0	0	0	0	0
Vale da Mula	8,01	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	16,34	2ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	14,37	Complementar	0	0	0	0	0	0
Sub - total	38,72		0	0	0	0	0	0
Vilar Formoso	5,74	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	9,42	2ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	6,49	Complementar	0	0	0	0	0	0
Sub - total	21,65		0	0	0	0	0	0

Freguesias	Comprimento total (Km)	Designação da Ordem (RVF)	Comprimento total com intervenção (Km)	Ano				
				2014	2015	2016	2017	2018
União de freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira	7,79	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	29,95	2ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	19,41	Complementar	0	0	0	0	0	0
Sub - total	57,15		0	0	0	0	0	0
União de freguesias de Azinhal, Peva e Valverde	11,99	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	26,32	2ª Ordem	4,41	0	0	4,41	0	0
	57,84	Complementar	14,41	0	0	6,25	8,16	0
Sub - total	96,15		18,82	0	0	10,66	8,16	0
União de freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela	12,45	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	40,92	2ª Ordem	6,00	0	0	0	6,00	0
	30,36	Complementar	4,86	0	0	0	4,86	0
Sub - total	83,73		10,86	0	0	0	10,86	0
União de freguesias de Junça e Naves	8,24	1ª Ordem	3,55	0	0	3,55	0	0
	32,95	2ª Ordem	10,25	0	0	10,25	0	0
	14,06	Complementar	2,93	0	0	2,93	0	0
Sub - total	55,25		16,73	0	0	16,73	0	0
União de freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova	15,77	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	33,18	2ª Ordem	3,75	0	0	0	1,20	2,55
	52,03	Complementar	4,79	0	0	0	4,13	0,66
Sub - total	100,98		8,54	0	0	0	5,33	3,21
União de freguesias de Malpartida e Vale de Coelha	12,21	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	20,82	2ª Ordem	6,50	0	0	6,50	0	0
	19,27	Complementar	0,30	0	0	0,30	0	0
Sub - total	52,30		6,80	0	0	6,80	0	0
União de freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha	5,66	1ª Ordem	0	0	0	0	0	0
	26,37	2ª Ordem	2,13	0	0	2,13	0	0
	26,02	Complementar	8,43	0	0	8,43	0	0
Sub - total	58,05		10,56	0	0	10,56	0	0
TOTAL (1ª Ordem)	196,91		5,70	0	2,15	3,55	0	0
TOTAL (2ª Ordem)	406,60		43,31	0	5,62	26,13	7,20	4,36
TOTAL (Complementar)	385,93		55,04	0	7,80	23,00	17,15	7,09
TOTAL	989,44		104,05	0	15,57	52,68	24,35	11,45

Fonte: GTF de Almeida (2013)

Como se pode observar nos quadros apresentados anteriormente, a rede viária de 2ª Ordem é a que se evidencia com maior comprimento (Km), seguida da 3ª Ordem e posteriormente a 1ª Ordem. Observa-se que a União de freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova e a União de freguesias de Peva, Azinhal e Valverde Almeida são as que se apresentam com maior cobertura de rede viária.

É essencial que exista uma boa cobertura de rede viária para um combate mais eficiente e eficaz de incêndios florestais, pois quanto maior a densidade de rede viária existente, maiores são as probabilidades, de os meios de combate chegarem no mais curto espaço de tempo, aos incêndios.

Quanto aos meios de execução e financiamento destas ações, estes serão da responsabilidade de cada entidade, sendo que no caso de Estradas Nacionais, a responsabilidade será das Estradas de Portugal, nas Estradas e Caminhos Municipais, a responsabilidade será do Município, tendo este sempre que contratar os serviços de empresas de prestação de serviços adequadas para efetuar esta ação, dado que não possui os recursos materiais nem humanos para tal.

Quanto aos meios de financiamento, o município procurará sempre, elaborar candidaturas de apoio para esse fim.

Rede de Pontos de água

Quadro 6. Rede de pontos de água

Freguesias	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume max. (m3)	Tipo de intervenção (C- Construção; M – Manutenção) Ano				
					2014	2015	2016	2017	2018
Almeida	1	214	Charca	15189	-	-	-	-	-
	2	214	Charca	242	-	-	-	-	-
	3	222	Rio	942	-	-	-	-	-
	4	214	Charca	7500	-	-	-	-	-
	5	112	Poço	4095	-	-	-	-	-
	7	211	Albufeira de barragem	15700	-	-	-	-	-
	16	214	Charca	-	-	C	-	-	-
Sub - total	7	-	-	43668	-	1	-	-	-
Freixo	10	211	Albufeira de barragem	1963	-	-	-	-	-
Sub – total	1	-	-	1963	-	-	-	-	-
Nave de Haver	15	212	Albufeira de açude	628	-	-	-	-	-
Sub – total	1	-	-	628	-	-	-	-	-
Vale da Mula	6	214	Charca	20000	-	-	-	-	-
Sub - total	1	-	-	20000	-	-	-	-	-
UF Parada/Amoreira/Cabreira	12	214	Charca	1024	-	-	-	-	-
	13	214	Charca	2800	-	-	-	-	-
Sub - total	2	-	-	2824	-	-	-	-	-
UF Castelo Mendo/Ade/Monteperobolso/Mesquitela	11	211	Albufeira de barragem	31400	-	-	-	-	-
Sub - total	1	-	-	31400	-	-	-	-	-
UF Leomil/Mido/Senoura/Aldeia Nova	8	212	Albufeira de açude	10258	-	-	-	-	-
	9	212	Albufeira de açude	79	-	-	-	-	-
Sub - total	2	-	-	10337	-	-	-	-	-
UF Miuzela/Porto de Ovelha	14	222	Rio	981	-	-	-	-	-
Sub - total	1	-	-	981	-	-	-	-	-
TOTAL	16	-	-	111801	-	C	-	-	-

Fonte: GTF de Almeida (2013)

A construção do único ponto de água previsto, será realizada por empresas de prestação de serviços adequadas à ação, com a responsabilidade ou deste município, ou da ZIF Fonte Santa se assim o entender. Quanto ao financiamento para esta ação, prevê-se uma candidatura ao PRODER para esse fim.

Metas e Indicadores

As ações previstas assentam, sobretudo, na redução da gestão de combustíveis através da construção e manutenção de faixas de gestão de combustíveis, bem como na beneficiação de alguns troços de caminhos florestais identificados como tendo uma importância na estratégia DFCI. As ações incidem em áreas tendentes a danos materiais e humanos em situação de incêndio.

Quadro 7. Tabela de Metas e Indicadores

Freguesias	Ação	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					TOTAL
				2014	2015	2016	2017	2018	
Almeida	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Construção de Mosaicos de Gestão	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	92,50	8,46	0	0	100,96
	Manutenção de Mosaicos de Gestão	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	8,46	8,46
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	12,67	8,20	20,65	27,71	30,17	99,40
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Construção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0,35	1,10	0	0	1,45
	Manutenção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	1,10	1,10
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	5,60	6,79	7,65	20,06	24,30	64,40
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0	0
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	8,73	0	0	0	0	8,73
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	8,73	8,73
	Construção da Rede Divisional (Rede viária)	_____	Km	0	0	4,93	0	0	4,93
	Manutenção da Rede Divisional (Rede viária)	_____	Km	0	9,53	0	0	0	9,53
	Construção e Reparação de pontos de água	Construção	m ³	0	1000	0	0	0	0
Castelo Bom	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	51,51	6,25	0	0	57,76
	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	5,51	51,51
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	6,03	15,34	1,80	6,55	0	29,72
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	6,03	6,03
	Construção da Rede Secundária (Rede Ferroviária)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	2,34	0	0	0	0	2,34
	Manutenção da Rede Secundária (Rede Ferroviária)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	2,34	2,34
	Construção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0,26	0	0	0	0,26
	Manutenção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0,26	0,26
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	2,94	2,30	0	2,36	0	7,60
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	2,94	2,94
	Construção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	14,97	0	0	0	14,97
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	14,97	14,97
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	1,63	0	0	0	1,63
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	1,63	1,63
	Manutenção da Rede Divisional (Rede viária)	_____	Km	0	4,49	0	0	0	4,49

Freguesias	Ação	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					TOTAL
				2014	2015	2016	2017	2018	
Freineda	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	52,04	0,40	0	0	52,44
	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0,40	0,40
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	18,91	7,32	1,70	0	6,86	34,79
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	18,91	0	18,91
	Construção da Rede Secundária (Rede ferroviária)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	6,97	0	0	0	0	6,97
	Manutenção da Rede Secundária (Rede ferroviária)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	6,97	0	6,97
	Construção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0,24	0	0	0	0,24
	Manutenção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0,24	0,24
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	5,73	22,29	0	0	0	28,02
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	5,73	22,29	28,02
	Construção da Rede Secundária (Aglomerados)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	16,66	14,34	0	0	0	31
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerados)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	16,66	0	16,66
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	3,59	2,35	0,59	0	0	6,53
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	3,59	2,35	5,94
	Construção da Rede Secundária (Linhas alta tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	4,39	0	0	0	4,39
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas alta tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	4,39	4,39
	Manutenção da Rede Divisional (Rede viária)	—	Km	0	7,94	0	0	0	7,94
	Construção e Reparação de pontos de água	Construção	m ³	0	0	0	0	0	0
Freixo	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	9,61	49,86	0	0	59,47
	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	9,61	9,61
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	3,70	10,39	0	0	0	14,09
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	3,70	0	3,70
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	6,45	0	0	0	6,45
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	6,45	6,45
	Construção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	7,07	0	0	0	7,07
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	7,07	7,07
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0,73	0,98	0	0	1,71
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0,73	0,73

Freguesias	Ação	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					TOTAL
				2014	2015	2016	2017	2018	
Malhada Sorda	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	31,41	0	7,68	39,09
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,93	37,60	23,99	0	0	62,52
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0,93	0,93
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	33,07	0	0	0	33,07
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	33,07	33,07
	Construção da Rede Secundária (Aglomerados)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	4,15	0	0	0	4,15
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerados)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	4,15	4,15
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	4,20	6,68	0	0	10,88
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	4,20	4,20
Nave de Haver	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	84,81	0,37	22,87	0	0	108,05
	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	80,94	21,98	102,92
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	4,21	33,36	4,89	0	0	42,46
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	4,21	4,21
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	4,65	0,51	0	0	5,16
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	4,65	4,65
	Construção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	1,74	0	0	0	0	1,74
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	1,74	0	1,74
	Construção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,33	0	0	0	0	0,33
	Manutenção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0,33	0	0,33
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,68	0	0	0	0	0,68
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0,68	0	0,68
	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	17,41	33,87	3,50	49,11	32,07	135,96
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	2,96	3,74	4,01	2,96	0	13,67
São Pedro do Rio Seco	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	5,89	0	0	0	5,89
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	Há	0	0	0	0	5,89	5,89
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0,36	0	0	0	0,36
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0,36	0,36

Freguesias	Ação	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					TOTAL
				2014	2015	2016	2017	2018	
Vale da Mula	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	24	0	7,06	0	0	31,06
	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	24	0	24
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	9,79	0	0	0	0	9,79
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	9,79	0	9,79
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	7,36	0	0	0	0	7,36
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	7,36	0	7,36
	Construção da Rede Secundária (Aglomerados)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	9,47	0	0	0	0	9,47
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerados)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	9,47	0	9,47
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,66	0	0	0	0	0,66
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0,66	0	0,66
	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	68,01	0	0	0	68,01
Vilar Formoso	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	68,01	68,01
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	4,05	0,7	0	0	0	4,75
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	4,05	0,7	4,75
	Manutenção da Rede Secundária (Rede ferroviária)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	1,04	0	0	0	0	1,04
	Construção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	1,04	0	1,04
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	3,21	6,75	5,99	0	0	15,95
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	3,21	0	3,21
	Construção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	18,06	0	0	0	18,06
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	18,06	18,06
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	1,92	0	0	0	1,92
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	1,92	1,92
	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	72,57	25,07	0	0	0	97,64
	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	72,07	0	72,07
União de freguesias de Amoreira/Parada/Cabreira	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	33,55	13,76	1,87	0	0	49,18
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	31,51	0	31,51
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	13,47	5,52	1,99	0	0	20,98
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	Há	0	0	0	13,47	0	13,47
	Construção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	25,60	4,15	10,70	0	0	40,45
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	25,60	0	25,60
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	10,77	5,65	0	0	0	16,42
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	10,77	0	10,77
	Construção da Rede Secundária (Linhas alta tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	4,06	0	0	0	0	4,06
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas alta tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	4,06	0	4,06
	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	72,57	25,07	0	0	0	97,64
	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	72,07	0	72,07
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	33,55	13,76	1,87	0	0	49,18
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	31,51	0	31,51

Freguesias	Ação	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					TOTAL
				2014	2015	2016	2017	2018	
União de freguesias Azinhal/Peval/Valverde	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	49,34	64,90	40,82	79,41	0	234,47
	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	49,34	49,34
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	28,53	30,29	0	0	0	58,82
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	28,53	28,53	57,06
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	12,36	5,06	2,91	10,87	0	31,20
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	12,36	12,36
	Construção da Rede Secundária (Aglomerados)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	12,77	0	0	41,72	54,49
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	4,53	1,52	0	4,53	0	10,58
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	4,53	4,53
	Construção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,58	0	0	0	0	0,58
	Manutenção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0,58	0	0	0,58
	Construção da Rede Divisional (Rede viária)	_____	Km	0	0	10,68	0	0	10,68
	Manutenção da Rede Divisional (Rede viária)	_____	Km	0	0	0	8,22	0	8,22
	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	51,67	0	0	0	0	51,67
União de freguesias de Castelo Mendo/Ade/Monteperobolso/Mesquitela	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	53,01	53,01
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	62,43	21,83	0	0	0	84,26
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	62,43	0	62,43
	Manutenção da Rede Secundária (Rede ferroviária)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	2,13	0	0	0	0	2,13
	Construção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	2,13	0	2,13
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	8,62	0	0	0	0	8,62
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	8,62	0	8,62
	Construção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	28,20	0	10,09	18,12	0	56,41
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	7,25	0,26	0	0	0	7,51
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	7,25	0	7,25
	Construção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0,40	0	0	0	0,40
	Manutenção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0,40	0,40
	Construção da Rede Secundária (Linhas alta tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	7,78	3,71	0	0	0	11,49
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas alta tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	7,78	0	7,78
	Manutenção da Rede Divisional (Rede viária)	_____	Km	0	0	0	1,09	0	1,09

Freguesias	Ação	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					TOTAL
				2014	2015	2016	2017	2018	
União de freguesias Junça/Naves	Construção de Mosaicos de gestão de combustível	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	64,37	0	64,37
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	3,17	10,99	2,68	15,07	0	31,91
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,17	9,25	0	0	0	9,42
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0,17	0	0,17
	Construção da Rede Secundária (Aglomerados)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	5,79	8,51	0	0	0	14,30
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerados)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	5,79	0	5,79
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,38	1,39	0	0	0	1,77
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	0,38	0,38
	Manutenção da Rede Divisional (Rede viária)	_____	Km	0	0	16,75	0	0	16,75
União de freguesias Leomil/Mido/Senouras /Aldeia Nova	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	6,09	44,08	3,24	0	0	53,41
	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	4,03	6,09	10,12
	Construção de Mosaicos de gestão de combustível	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	35,94	0	35,94
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	20,97	33,23	3,30	0	0	57,50
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	21,70	33,23	54,93
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	3,16	8,00	1,27	0	0	12,43
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	2,17	8,00	10,17
	Construção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	3,41	8,33	0	0	0	11,74
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	3,41	8,33	11,74
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,95	1,23	0,88	0	0	3,06
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0,95	1,23	2,18
	Construção da Rede Divisional (Rede viária)	_____	Km	0	0	0	9,34	0	9,34
	Manutenção da Rede Divisional (Rede viária)	_____	Km	0	0	0	0	3,23	3,23
	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	1,12	0	0	85,68	31,87	118,67
União de freguesias Malpartida/ Vale de Coelha	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	10,86	0,14	6,72	0	0	17,72
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	11,98	6,72	18,70
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	4,50	0,35	0	0	4,85
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	4,50	4,50
	Construção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	3,52	2,07	0	0	0	5,59
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	3,52	0	3,52
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,07	0	0	0	0	0,07
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0,07	0	0,07
	Manutenção da Rede Divisional (Rede viária)	_____	Km	0	0	6,81	0	0	6,81

Freguesias	Ação	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis					TOTAL
				2014	2015	2016	2017	2018	
União de freguesias Miuzela/Porto de Ovelha	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	86,79	62,20	36,37	0	0	185,36
	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	102,29	0	102,29
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	6,04	55,33	0	0	0	61,37
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	6,04	0	6,04
	Construção da Rede Secundária (Rede ferroviária)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	16,71	0	0	0	16,71
	Manutenção da Rede Secundária (Rede ferroviária)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	16,71	16,71
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,49	40,55	0	0	0	41,04
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0,49	40,55	41,04
	Construção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	10,19	10,61	0	0	0	20,80
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerado)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0	10,19	10,19
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,17	12,91	0	0	0	13,08
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0	0	0	0,17	0	0,17
	Manutenção da Rede Divisional (Rede viária)	—	Km	0	0	10,57	0	0	10,57
	Construção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>291,5</u>	<u>549,9</u>	<u>244,4</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1085,8</u>
CONECELHO DE ALMEIDA	Manutenção da Rede Primária	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>408,6</u>	<u>343</u>	<u>751,6</u>
	Construção de Mosaicos de gestão de combustível	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>0</u>	<u>92,5</u>	<u>8,4</u>	<u>100,3</u>	<u>0</u>	<u>201,2</u>
	Manutenção de Mosaicos de gestão de combustível	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>8,4</u>	<u>8,4</u>
	Construção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>214,4</u>	<u>205</u>	<u>51,2</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>470,6</u>
	Manutenção da Rede Secundária (Rede viária florestal)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>246</u>	<u>117,6</u>	<u>363,6</u>
	Construção da Rede Secundária (Rede ferroviária)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>12,5</u>	<u>16,7</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>29,2</u>
	Manutenção da Rede Secundária (Rede ferroviária)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>12,5</u>	<u>16,7</u>	<u>29,2</u>
	Construção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>0,9</u>	<u>1,2</u>	<u>1,7</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>3,8</u>
	Manutenção da Rede Secundária (pontos de água)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0,3</u>	<u>2,0</u>	<u>2,3</u>
	Construção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>63,1</u>	<u>182,6</u>	<u>23,0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>268,7</u>
	Manutenção da Rede Secundária (Edificações)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>91,2</u>	<u>163,8</u>	<u>255</u>
	Construção da Rede Secundária (Aglomerados)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>101,8</u>	<u>108,4</u>	<u>22,1</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>232,3</u>
	Manutenção da Rede Secundária (Aglomerados)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>101,8</u>	<u>108,4</u>	<u>210,2</u>
	Construção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>41,4</u>	<u>25,2</u>	<u>5,8</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>72,4</u>
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas média tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>41,1</u>	<u>17,4</u>	<u>58,5</u>
	Construção da Rede Secundária (Linhas alta tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>11,8</u>	<u>8,1</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>19,9</u>
	Manutenção da Rede Secundária (Linhas alta tensão)	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>11,8</u>	<u>8,1</u>	<u>19,9</u>
	Construção da Rede Divisional (Rede viária)	—	Km	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>14,3</u>	<u>9,3</u>	<u>0</u>	<u>23,6</u>
	Manutenção da Rede Divisional (Rede viária)	—	Km	<u>0</u>	<u>8,6</u>	<u>40,7</u>	<u>15,4</u>	<u>10,5</u>	<u>75,2</u>
	Beneficiação da Rede Divisional (Rede viária)	—	Km	<u>0</u>	<u>2,1</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2,1</u>
	Construção e Reparação de pontos de água	Construção	m ³	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1</u>

Para o controlo de densidades excessivas e outras operações mistas de silvicultura preventiva (manuais e mecânicas), em condições de trabalho inerentes às características do concelho, foi considerado o valor de €900/ha, de acordo com as matrizes de beneficiação estabelecidas pela CAOF (Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais), referentes aos anos 2011/2012.

Para o cálculo orçamental da rede viária, considerou-se o valor de €1500/km, para a beneficiação e de €4500/Km para a construção.

No seguimento das orientações expressas no PROF-BIN, no qual é definida a densidade preferencial da rede viária: 10 a 20m/ha, e a densidade das massas de água acessíveis a operações DFCI: 600m³/1000ha, assim verifica-se que o concelho cumpre estas especificações: 19m/ha para a Rede Viária; 1931m³/1000ha para os pontos de água.

Quanto à delimitação da rede primária, esta cumpre claramente a especificação expressa no artº 18 do Decreto-Lei n.º124/2006, de 28 de junho, com as alterações que lhe foram conferidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro, que define que estas redes estabeleçam preferencialmente, uma compartimentação do território na ordem dos 500ha a 10 000ha.

Os meios de execução, serão os adequados para cada acção e por cada entidade responsável por essa mesma acção, assim como os financiamentos dessas acções.

Orçamento e responsáveis

Na identificação dos responsáveis, definiram-se os seguintes grupos:

- **Proprietários Particulares (PP):** Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edificações nos espaços florestais definidos no PMDFCI, são obrigados a proceder à gestão de combustíveis numa faixa de 50m à volta daquelas edificações;
- **Entidades Gestoras (EG):** Estradas de Portugal, Direcção-Geral de Geologia e Energia, Município de Almeida, Freguesias e Uniões de Freguesias e a entidade detentora da Rede Eléctrica Nacional (EDP).

Orçamento e Responsáveis

Quadro 8. Orçamento e responsáveis

Ação	Metas (ha)	2014		2015		2016		2017		2018	
		O (€)	R	O (€)	R	O (€)	R	O (€)	R	O (€)	R
Implementação e manutenção da FGC de redes primárias de faixas de gestão de combustível DESC_FGC (8)	Área instalada com recurso a meios a meios mistos	352.350,00	EG	494.910,00	EG	219.960,00	EG	367.740,00	EG	308.700,00	EG
Implementação e manutenção da FGC de mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis DESC_FGC (11)	Área instalada com recurso a meios a meios mistos	0	--	83.250,00	EG	7.560,00	EG	90.270,00	EG	7.560,00	EG
Implementação e manutenção da FGC rede viária florestal DESC_FGC (4)	Área instalada com recurso a meios a meios mistos	192.960,00	EP+CM	184.500,00	EP+CM	46.080,00	EP+CM	221.400,00	EP+CM	105.840,00	EP+CM
Implementação e manutenção da FGC rede ferroviária DESC_FGC (5)	Área instalada com recurso a meios a meios mistos	11.250,00	REFER	15.230,00	REFER	0	--	11.250,00	REFER	15.230,00	REFER
Implementação e beneficiação nos pontos de água DESC_FGC (12)	Área instalada com recurso a meios a meios mistos	810,00	EG+Prop	1.080,00	EG+Prop	1.530,00	EG+Prop	270,00	EG+Prop	1.800,00	EG+Prop
Implementação e manutenção da FGC das edificações integradas em espaços rurais DESC_FGC (1)	Área instalada com recurso a meios a meios mistos	56.790,00	Prop	164.340,00	Prop	20.700,00	Prop	82.080,00	Prop	147.420,00	Prop
Implementação e manutenção da FGC dos aglomerados populacionais DESC_FGC (2)	Área instalada com recurso a meios a meios mistos	91.620,00	Prop	97.560,00	Prop	19.890,00	Prop	91.620,00	Prop	97.560,00	Prop
Implementação e manutenção da FGC de linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão DESC_FGC (10)	Área instalada com recurso a meios a meios mistos	37.260,00	EDP	22.680,00	EDP	5.220,00	EDP	36.990,00	EDP	15.660,00	EDP
Implementação e manutenção da FGC de linhas de transporte e energia elétrica de alta tensão DESC_FGC (13)	Área instalada com recurso a meios a meios mistos	10.620,00	EDP	7.290,00	EDP	0	--	10.620,00	EDP	7.290,00	EDP
Construção da rede viária	Construção	0	--	0	--	64.350,00	CM+EP	41.850,00	CM+EP	0	--
Beneficiação da rede viária	Beneficiação	0	--	16.050,00	CM+EP	61.050,00	CM+EP	23.100,00	CM+EP	15.750,00	CM+EP
Construção de pontos de água	Construção	0	--	20.000,00	EG	0	--	0	--	0	--
TOTAL		753.660,00	--	1.106.890,00	--	446.340,00	--	977.190,00	--	707.060,00	--

Fonte: GTF de Almeida (2013)

Os valores de referência (€/ha) são estabelecidos pela Comissão de Acompanhamento para as Operações Florestais CAO (2011)

Prop. – Proprietários ; O – Orçamento; R – Responsáveis * - Manutenção; EP – Estradas de Portugal; CM – Câmara Municipal Almeida; EDP – Eletrecidade de Portugal; EG – Entidade Gestora, REFER – Rede Caminhos Ferro

4.2. 2º Eixo estratégico – Redução da Incidência de Incêndios

Este eixo assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, passando esta por um conjunto das atividades que têm por objetivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que este pode originar, ou seja, atuando em duas vertentes principais sendo:

- 1) O controlo das ignições;
- 2) O controlo da propagação.

Tendo em conta que a maioria dos incêndios são causados pela atividade humana, é nesse sentido que a prevenção deverá incidir, que para além da sensibilização deverá existir um maior reforço na fiscalização referente ao cumprimento da lei e na dissuasão dos comportamentos de risco. Através de ações de sensibilização e informação da população, bem como na promoção do correto uso do fogo.

É de extrema importância, educar a população em geral para que se reconheça a floresta como um bem comum a todos, com valor ambiental, económico e social. É necessário incutir responsabilidade de a proteger de forma a servir gerações futuras, sendo para isso necessário eliminar comportamentos de risco.

Objetivos estratégicos	- Educar e sensibilizar as populações; - Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.
Objetivos operacionais	- Sensibilização da população em geral; - Sensibilização e educação escolar; - Fiscalização.
Ação	- Programas de sensibilização a desenvolver, ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios; - Sensibilização das comunidades para os comportamentos de risco e incentivo ao desenvolvimento e participação na vigilância passiva; - <i>Mailing</i> para as pequenas indústrias situadas nas zonas de interface com espaços florestais em áreas com elevado nº de ocorrências; - Realização de sessões de sensibilização com pastores incidindo nas zonas onde o fogo é recorrente; - Divulgação de normas de conduta para caçadores e pescadores e colocação de cartazes informativos nas zonas de interface com a floresta; - Promoção no envolvimento dos estudantes na temática florestal, utilizando as experiências existentes no domínio da educação florestal e ambiental a recuperar para esta área iniciativas como a da “Ciência Viva”. - Definir áreas críticas e prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas/motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, a susceptibilidade à ignição, as freguesias em risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior perigosidade.

4.2.1. Avaliação

Comportamentos de risco

A identificação dos comportamentos de risco e o conhecimento das causas e motivações dos incêndios florestais (diagnóstico) são fundamentais, para definir as ações de sensibilização e educação das populações, quando se trata de causas diretamente associadas à negligência. Neste sentido, a sensibilização assume um papel importante contra os incêndios. Neste caso, é importante atuar junto da população na consciencialização e alerta para os verdadeiros perigos que algumas práticas diárias representam, muitas vezes ligadas ao uso do fogo, particularmente nas alturas do ano mais propensas à existência de incêndios florestais.

Por outro lado, em relação às causas dolosas em que existe intencionalidade de prejudicar o património de outrem, por iniquidade, por demência, ou para obter benefícios, a sensibilização nada pode fazer contra estas atitudes. Somente o cumprimento da lei e/ou a vigilância, poderão ser persuasivas na sua prevenção.

Comportamento de risco – diagnóstico (tendo como base de avaliação o ano de 2013)

Quadro 9. Diagnóstico resumo

DIAGNÓSTICO - RESUMO								
Grupo - Alvo	Comportamento de risco				Impacto e Danos			
	O quê?	Como?	Onde? (freguesia/local)	Quando?	N.º de ocorrências	Área ardida (ha)	Danos	Custos
População geral	Realização de queimas	Sem respeitarem a legislação em vigor	Todo o concelho	Período crítico	1	0,005	Arvoredo e mato	
Comissões de festas	Lançamento de foguetes	Sem respeitarem a legislação em vigor	Todo o concelho	Período crítico	1	8,5	Palheiros e mato	
Automobilista	Fumar	Projeção de cigarros incandescentes	Todo o concelho	Todo o ano	----	----	----	----
Agricultor proprietário florestal	Realização de queimas e queimadas	Sem respeitarem a legislação em vigor	Todo o concelho	Todo o ano	3	14,50	Arvoredo e mato	
Pastor	Realização de queimadas	Sem respeitarem a legislação em vigor	Todo o concelho	Outono/Inverno	9	19,14	Mato	
Operadores de máquinas agrícolas/florestais	Utilização de maquinaria	Lançamento de faíscas ou faúlhas, devido à ausência de dispositivos de retenção	Todo o concelho	Primavera/Verão	9	2,34	Arvoredo e mato	
População escolar	Diminuição da ocorrência de futuros comportamentos de risco	Uso incorrecto do fogo	Todo o concelho	Todo o ano	----	----	----	----

Fonte: GTF Almeida (2013)

Fiscalização

Tabela de fiscalização – dados do ano 2012

		Queima de sobrantes/queimadas sobrantes (nº)	Queima de sobrantes/queimadas sobrantes (%)	Gestão de combustíveis (nº)	Gestão de combustíveis (%)
N.º de autos levantados		8	100	1	100
Situação dos processos	Instruídos	2	25	0	0
	Arquivados	5	62.5	1	100
	Aguardam decisão	1	12.5	0	0

4.2.2. Planeamento das ações referentes ao 2º eixo estratégico

Sensibilização – Metas e indicadores

Todas as ações de educação e sensibilização têm como objetivo fundamental a redução do número de ocorrências e tendo como as ações a implementar, metas a atingir e indicadores. A respetiva orçamentação irá permitir a médio/longo prazo avaliar o custo/benefício de cada ação.

Tendo em conta que o presente plano integra as áreas administrativas de todas as freguesias/uniões de freguesias **e porque contem os elementos e as consequentes decisões a elas associadas**, é essencial o envolvimento, não só dos responsáveis pelas mesmas, como também na promoção de sessões de esclarecimento às populações acerca da matéria em causa.

No seguinte quadro apresenta-se um calendário que inclui os períodos previstos para se efectuarem os devidos contatos e encontros necessários para a monitorização do plano e ainda das ações de sensibilização que se verifiquem necessárias.

Sensibilização

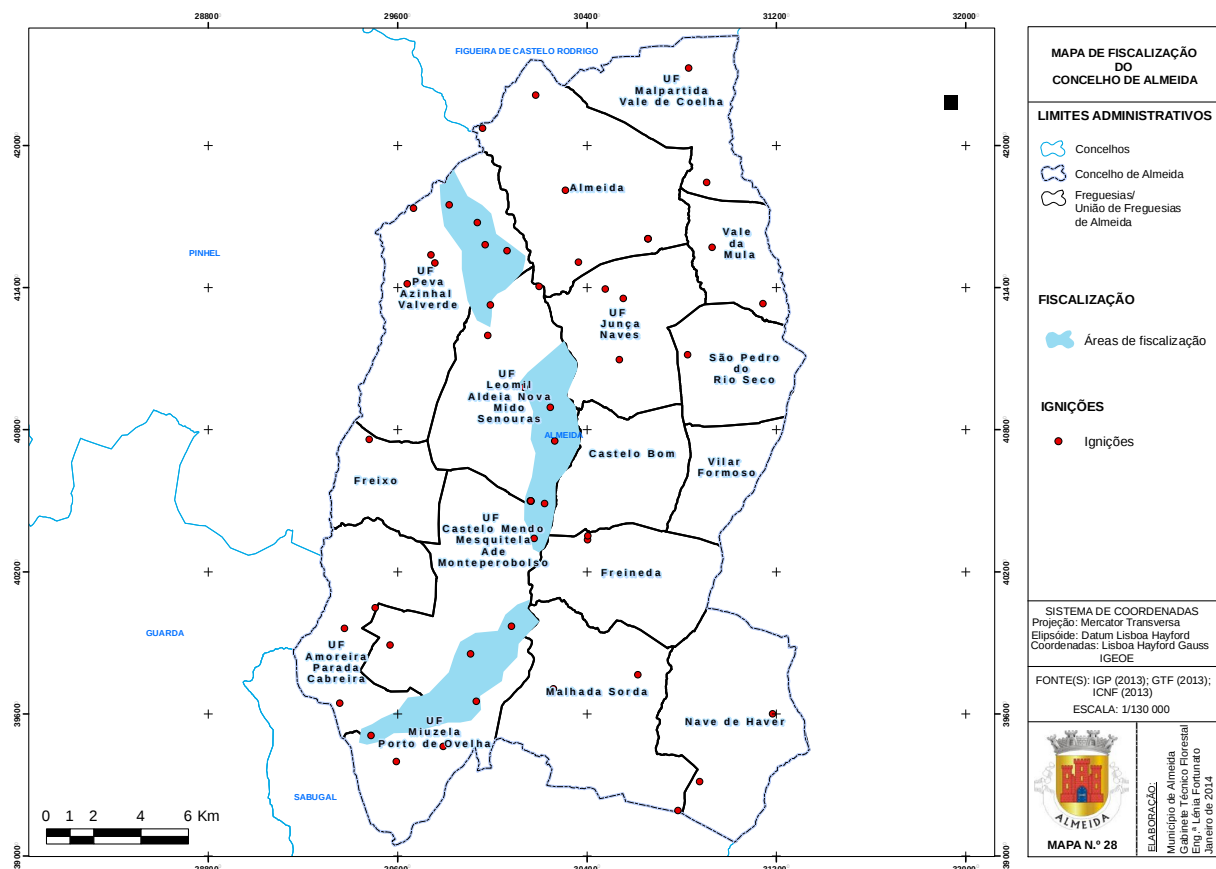
Sensibilização – metas e indicadores

Quadro 10. Sensibilização

Problema diagnóstico	Opjetivo	Ação	Indicadores				
			2014	2015	2016	2017	2018
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal e população escolar), sobre as possíveis consequências inerentes ao uso incorreto do fogo	Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais e através de Editais, folhetos informativos, etc.	Folhetos Editais	Folhetos Editais	Folhetos Editais	Folhetos Editais	Folhetos Editais
			Página da <i>internet</i>	Página da <i>internet</i>	Página da <i>internet</i>	Página da <i>internet</i>	Página da <i>internet</i>
			junho/julho	junho/julho	junho/julho	junho/julho	junho/julho
			Município	Município	Município	Município	Município
Limpeza dos combustíveis à volta das habitações isoladas e dos aglomerados populacionais	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Realizar ações de sensibilização/ esclarecimento	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone
			março/novembro	março/novembro	março/novembro	março/novembro	março/novembro
			Almeida	Almeida	Almeida	Almeida	Almeida
		Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais e através de Editais, folhetos informativos, etc.	Folhetos Editais	Folhetos Editais	Folhetos Editais	Folhetos Editais	Folhetos Editais
			Página da <i>internet</i>	Página da <i>internet</i>	Página da <i>internet</i>	Página da <i>internet</i>	Página da <i>internet</i>
			junho/julho	junho/julho	junho/julho	junho/julho	junho/julho
			Município	Município	Município	Município	Município
Atividades/Ações de sensibilização de modo a informar/ educar para os comportamentos ambientalmente corretos nos jovens e nas escolas do Município	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do Concelho e para importância dos valores que detém	Realizar ações de sensibilização no espaço florestal do Concelho e promover o contacto com a natureza	Realizar actividades relacionadas com o ambiente e a floresta em espaços livres	Realizar actividades relacionadas com o ambiente e a floresta em espaços livres	Realizar actividades relacionadas com o ambiente e a floresta em espaços livres	Realizar actividades relacionadas com o ambiente e a floresta em espaços livres	Realizar actividades relacionadas com o ambiente e a floresta em espaços livres
			Férias municipais	Férias municipais	Férias municipais	Férias municipais	Férias municipais
			Almeida	Almeida	Almeida	Almeida	Almeida

Fonte: GTF Almeida (2013)

Fiscalização



As áreas assinaladas foram identificadas como prioritárias tendo em conta a elevada concentração de ignições nestas mesmas zonas, com maior incidência no vale do rio Côa. No entanto, todo o concelho deve ser atentamente vigiado e fiscalizado de uma forma homogénea e persistente.

Fiscalização – Metas e indicadores

Quadro 11. Fiscalização

Problema diagnóstico	Objetivo	Ação	Indicadores				
			2014	2015	2016	2017	2018
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal e população escolar), sobre as possíveis consequências inerentes ao uso incorreto do fogo	Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais e através de Editais, folhetos informativos, etc.	Folhetos Editais Página da <i>internet</i>	Folhetos Editais Página da <i>internet</i>	Folhetos Editais Página da <i>internet</i>	Folhetos Editais Página da <i>internet</i>	Folhetos Editais Página da <i>internet</i>
			junho/julho	junho/julho	junho/julho	junho/julho	junho/julho
			Município	Município	Município	Município	Município
Limpeza dos combustíveis à volta das habitações isoladas e dos aglomerados populacionais	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Realizar ações de sensibilização/ esclarecimento	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone	Comemoração do Dia da Árvore e Dia da Floresta Autóctone
			março/novembro	março/novembro	março/novembro	março/novembro	março/novembro
			Almeida	Almeida	Almeida	Almeida	Almeida
		Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais e através de Editais, folhetos informativos, etc.	Folhetos Editais Página da <i>internet</i>	Folhetos Editais Página da <i>internet</i>	Folhetos Editais Página da <i>internet</i>	Folhetos Editais Página da <i>internet</i>	Folhetos Editais Página da <i>internet</i>
			junho/julho	junho/julho	junho/julho	junho/julho	junho/julho
			Município	Município	Município	Município	Município
Atividades/Ações de sensibilização de modo a informar/ educar para os comportamentos ambientalmente corretos nos jovens e nas escolas do Município	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do Concelho e para importância dos valores que detém	Realizar ações de sensibilização no espaço florestal do Concelho e promover o contacto com a natureza	Realizar actividades relacionadas com o ambiente e a floresta em espaços livres	Realizar actividades relacionadas com o ambiente e a floresta em espaços livres	Realizar actividades relacionadas com o ambiente e a floresta em espaços livres	Realizar actividades relacionadas com o ambiente e a floresta em espaços livres	Realizar actividades relacionadas com o ambiente e a floresta em espaços livres
			Férias municipais	Férias municipais	Férias municipais	Férias municipais	Férias municipais
			Almeida	Almeida	Almeida	Almeida	Almeida

Fonte: GTF Almeida (2013)

Orçamento e responsáveis

Quadro 12. Orçamento e responsáveis

Local	Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa De orçamento em (€)						
				2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL	
Todo o concelho de Almeida	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal e população escolar), sobre as possíveis consequências inerentes ao uso incorreto do fogo	Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais e através de Editais, folhetos informativos, etc.	Município de Almeida	100	100	100	100	100	500	
		Sub - total			100	100	100	100	100	500
Todo o concelho de Almeida	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Realizar ações de sensibilização/ esclarecimento	Município de Almeida	100	100	100	100	100	500	
		Sub - total			100	100	100	100	100	500
		Realizar ações de esclarecimento nos meios de comunicação social locais e através de Editais, folhetos informativos, etc.	Município de Almeida	100	100	100	100	100	500	
		Sub - total			100	100	100	100	100	500
Todo o concelho de Almeida	Sensibilizar os jovens para a riqueza do espaço florestal do Concelho e para importância dos valores que detém	Realizar ações de sensibilização no espaço florestal do Concelho e promover o contato com a natureza	Entidades Gestoras	100	100	100	100	100	500	
		Sub - total			100	100	100	100	100	500
TOTAL				400	400	400	400	400	2000	

Fonte: GTF Almeida (2013)

4.3. 3º Eixo estratégico – Melhoria e eficácia do ataque e da gestão dos incêndios

A definição antecipada de vias de comunicação, formas de atuação, levantamento de responsabilidades e as competências das várias forças e entidades presentes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta à questão dos incêndios florestais.

Para que exista um dispositivo estruturado e pronto para uma mobilização preventiva de meios, terá que se avaliar a disponibilidade e características dos recursos existentes, por forma a garantir uma deteção e extinção rápida dos incêndios.

Para definir as metas e os indicadores para as ações que consubstanciam o eixo estratégico – “melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios” teve-se em conta a **informação base** relativa à **caracterização climática e análise do histórico e casualidade dos incêndios (Caderno I)** e informação relativa à **rede regional de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI)** incluída neste caderno.

Objetivos estratégicos	- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção; - Reforço da capacidade de 1ª Intervenção; - Reforço do ataque ampliado; - Melhoria e eficácia do rescaldo e vigilância após rescaldo.
Objetivos operacionais	- Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal; - Estruturar o nível Municipal e Distrital de 1ª Intervenção; - Reforçar a eficácia no combate terrestre ao nível Municipal e Distrital; (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios); - Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo; - Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.
Ações	- Executar a inventariação dos recursos e meios existentes e o respectivo plano de reequipamento; - Identificar todos os sistemas de vigilância e deteção, responsabilidades, procedimentos e objetivos; - Elaborar mapas de visibilidade de postos de vigia; - Definir procedimentos de mobilização de meios para cada nível de alerta.

4.3.1. Avaliação

Vigilância e deteção

A vigilância dos espaços rurais visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios florestais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo os comportamentos que o propiciem. Os postos de vigia asseguraram a deteção imediata de um foco de incêndio, a sua localização e a comunicação rápida da ocorrência às entidades responsáveis pela 1ª intervenção.

O Município de Almeida conta com um posto de vigia existente no concelho e com quatro vizinhos com área de visibilidade para o território deste concelho, sendo eles:

Posto de vigia do concelho:

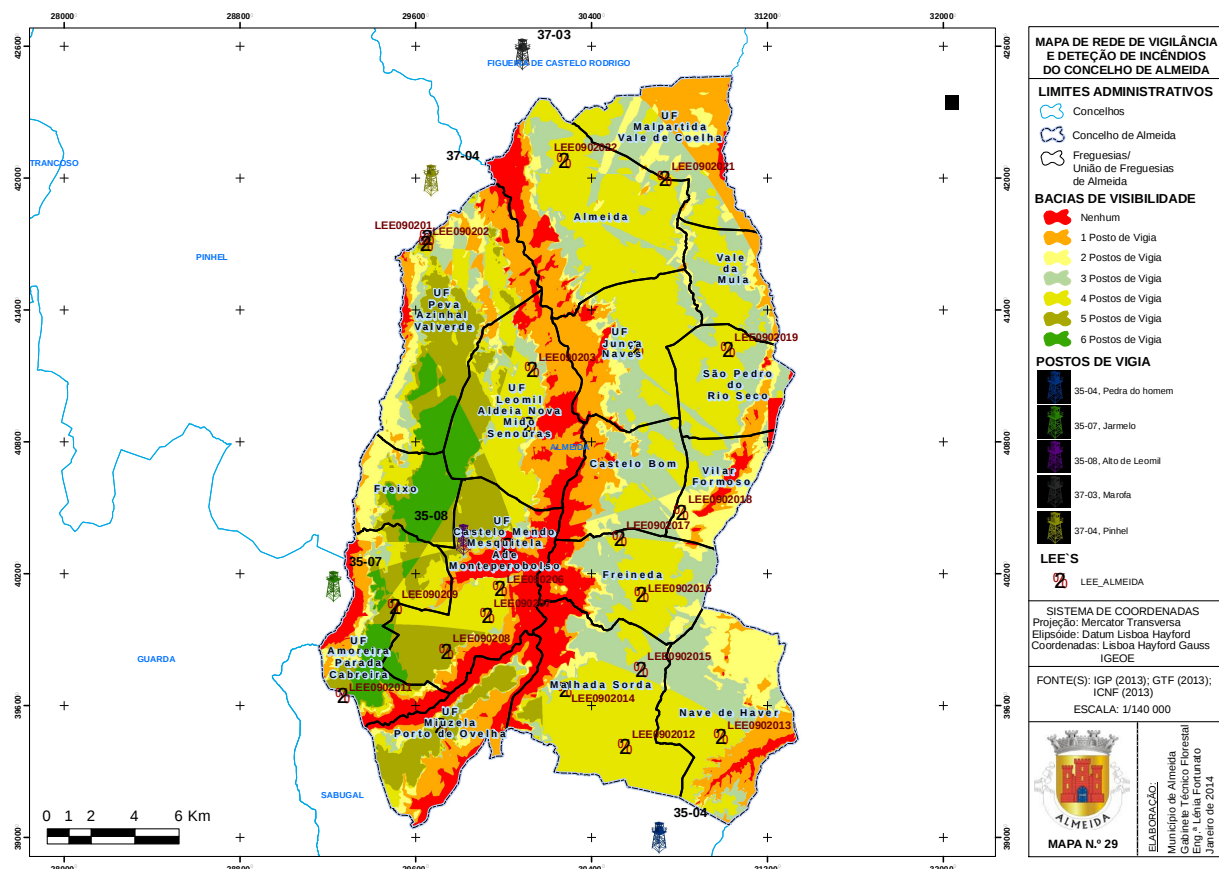
- 35-08 (alto de Leomil)

Postos de vigia vizinhos:

- 35-04 (Pedra do homem) – concelho do Sabugal;
- 35-07 (Jarmelo) – concelho da Guarda;
- 37-03 (Marofa) – concelho de Figueira de Castelo Rodrigo;
- 37-04 (Pinhel) – concelho de Pinhel

A vigilância terrestre móvel complementa-se com a rede de vigilância fixa, através da articulação das entidades envolvidas no terreno: A Câmara Municipal, os Bombeiros, a única Associação Florestal existente no concelho (CROFLOR) e a GNR, traçada e articulada ao nível do Município segundo áreas de intervenção de preferencial atuação.

No **mapa 29** encontram-se as bacias de visibilidade associadas aos postos de vigia e locais estratégicos de estacionamento. A localização destes LEE's foi efetuada de acordo com as bacias de visibilidade e com o tempo de deslocação a todos os espaços florestais, permitindo uma 1.ª intervenção mais eficaz. Estes funcionam em toda a fase Charlie e dependendo das condições climáticas numa parte da fase Bravo e Delta.



Quadro 13. Índice entre o número de incêndios florestais e equipes de vigilância e deteção (2011-2013)

			2011		2012		2013	
			N.º equipas	N.º incêndios	N.º equipas	N.º incêndios	N.º equipas	N.º incêndios
Fase de Perigo	Alfa	1jan-14 mai	1	14	1	49	1	2
	Bravo	15mai-14jun	1+*2	0	1+*2	1	1+*2	4
		15jun-30jun	1+*2	2	1+*2	1	1+*2	9
	Charlie	1jul-30set	1+*2	21	1+*2	15	1+*2	16
	Delta	1out-15out	1+*2	5	1+*2	1	1+*2	0
		16out-30out	1	3	1	1	1	2
	Echo	1nov-31dez	1	1	1	0	1	2
*As equipas de sapadores florestais só efetuam vigilância e deteção quando nos encontramos em alerta, amarelo, laranja ou vermelho								

Fonte: ICNF (2013)

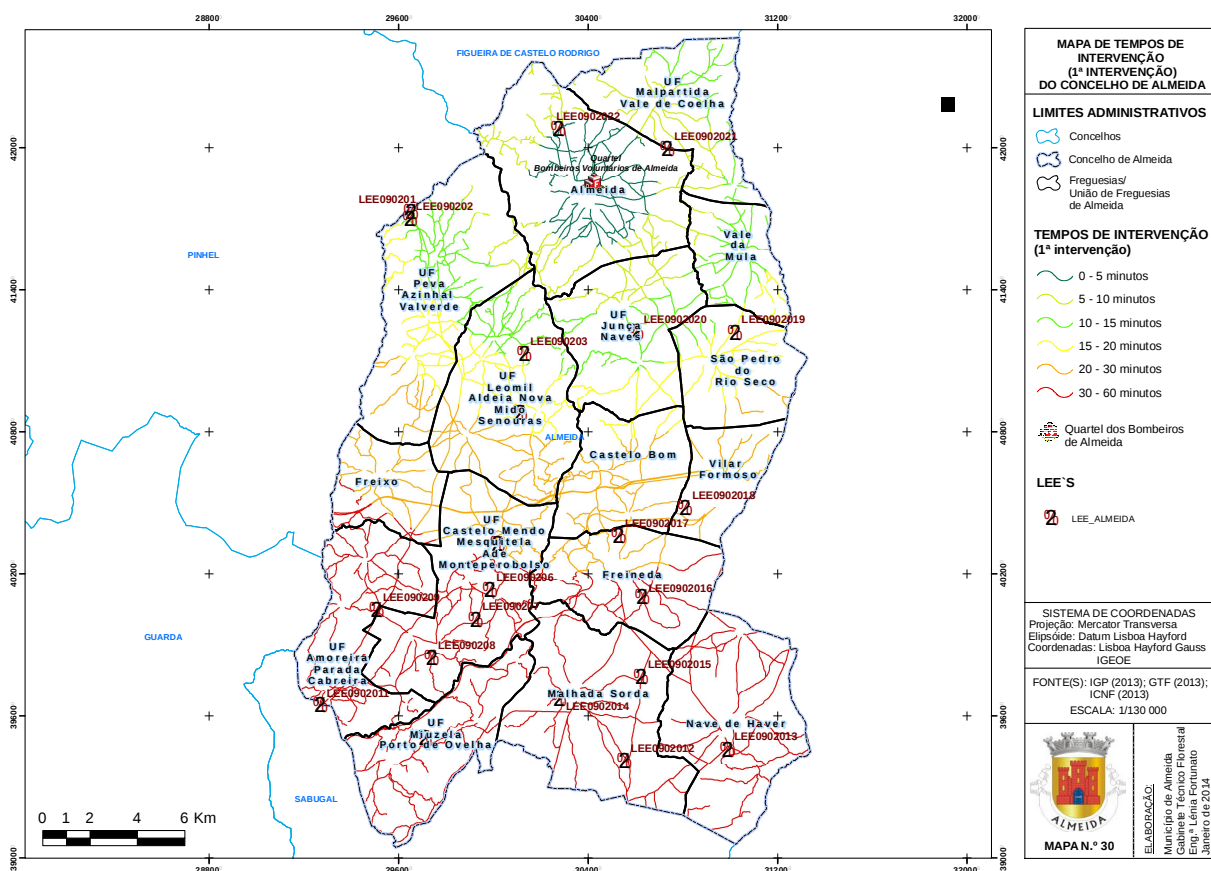
1ª Intervenção

A Diretiva Operacional Nacional da ANPC estabelece como tempo máximo de 20 minutos, desde a ocorrência do incêndio até à chegada dos meios de intervenção (ataque inicial) ao local. O tempo de chegada destes meios, é essencial para a eficácia/não eficácia do combate, de forma a evitar que os incêndios assumam proporções incontrolláveis.

O tempo de chegada dos meios de primeira intervenção (ataque inicial) ao local de ocorrência constitui um fator crítico na eficácia das manobras de supressão, de forma a evitar que os incêndios alcancem proporções incontrolláveis.

O **mapa 30** apresenta-se com o tempo provável de chegada dos meios para a 1ª intervenção, desde que é dado o alerta até à chegada da primeira viatura ao teatro de operações.

O **gráfico 1** representa o valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1.ª intervenção nas diferentes fases. Para a determinação dos tempos de percurso, calculou-se a carta das isócronas (zonas com igual valor de tempo de deslocação), com ponto de partida no quartel dos Bombeiros Voluntários Almeida. A sua execução teve por base a cartografia da rede viária florestal, que inclui, para além das estradas, os caminhos florestais e agrícolas do município. Para o cálculo, foi necessário atribuir a cada troço a velocidade média de circulação (km/h).



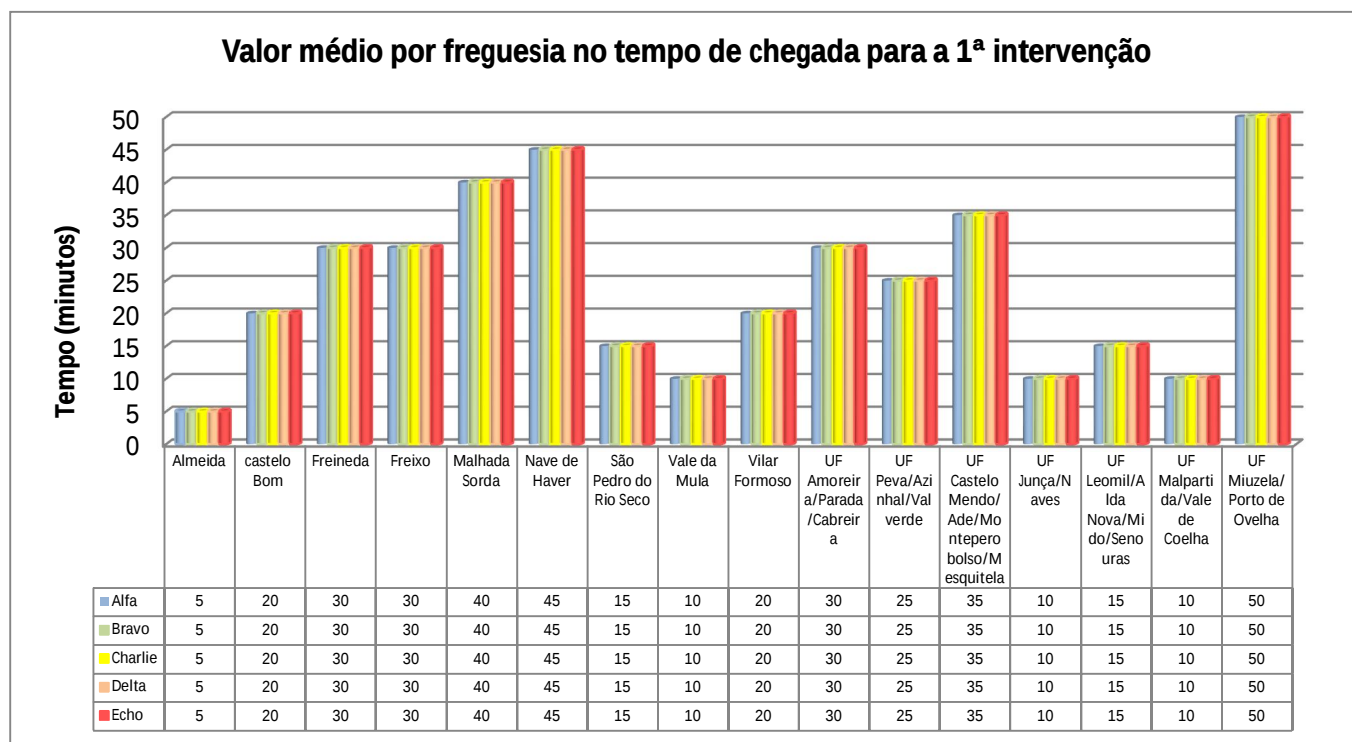
Quadro 14. - Índice entre o número de incêndios florestais e equipas e número de elementos de 1.ª intervenção nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo

			2011			2012			2013		
Fase de Perigo			N.º equipas	N.º incêndios	N.º elementos	N.º equipas	N.º incêndios	N.º elementos	N.º equipas	N.º incêndios	N.º elementos
	Alfa	1jan-14 mai	1	14	5	1	49	5	1	2	5
	Bravo	15mai-14jun	1+*2	0	15	1+*2	1	15	1+*2	4	15
		15jun-30jun	1+*2	2	15	1+*2	1	15	1+*2	9	15
	Charlie	1jul-30set	1+*2	21	15	1+*2	15	15	1+*2	16	15
	Delta	1out-15out	1+*2	5	15	1+*2	1	15	1+*2	0	15
		16out-30out	1	3	5	1	1	5	1	2	5
	Echo	1nov-31dez	1	1	5	1	0	5	1	2	5
*As equipas de sapadores florestais só efetuam vigilância e deteção quando nos encontramos em alerta, amarelo, laranja ou vermelho											

*As equipas de sapadores florestais só efetuam vigilância e deteção quando nos encontramos em alerta, amarelo, laranja ou vermelho

Fonte (s): CROFLOR (2013), BVA (2013)

Gráfico 1. Representação do valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1.ª intervenção nas diferentes fases



Fonte (s): ICNF (2013), GNR (2013)

Rescaldo e vigilância pós incêndio

No **quadro 15** identificam-se o n.º de reacendimentos para o período do ano de 2002 até 2013, um dos objetivos deste plano é reduzir o n.º de reacendimentos e o desejável é a sua eliminação.

Quadro 15. N.º de reacendimentos por ano, para um período de 2002 a 2013

	Nº de ocorrências	Nº de reacendimentos	% de reacendimentos
2002	38	0	0
2003	48	0	0
2004	44	2	4.5
2005	64	2	3.1
2006	45	2	4.4
2007	36	0	0
2008	43	0	0
2009	55	0	0
2010	36	2	5.6
2011	43	1	2.3
2012	57	0	0
2013	30	1	3.3

Fonte: ICNF (2013)

4.3.2 Planeamento das ações referentes ao 3º eixo estratégico

Metas e indicadores

Quadro 16. Metas e indicadores

Fases de perigo	Ação	Metas	Unidades	Responsáveis	Indicadores				
					2014	2015	2016	2017	2018
Alfa	1ª intervenção	Diminuir o índice entre o n.º de incêndios florestais e equipas e n.º de elementos de 1.ª intervenção	%	BVA / SF	< 6	< 6	< 4	< 4	< 3
Bravo / Charlie / Delta	Vigilância e deteção	Diminuir o índice entre o n.º de incêndios florestais e o n.º total de equipas de vigilância e deteção	%	GNR / BVA / SF	< 15	< 15	< 10	< 10	< 8
	1ª intervenção	Diminuir o índice entre o n.º de incêndios florestais e equipas e n.º de elementos de 1.ª intervenção	%	BVA / SF	< 15	< 15	< 10	< 10	< 8
	Rescaldo e vigilância pós incêndio	Diminuir o n.º de reacendimentos	nº	BVA / SF	< 3	< 3	< 2	< 2	< 1
Echo	Vigilância e deteção	Diminuir o índice entre o n.º de incêndios florestais e o n.º total de equipas de vigilância e deteção	%	GNR / BVA / SF	< 2	< 2	< 2	< 2	< 2

Fonte: GTF de Almeida (2013)

GNR – Guarda Nacional Republicana BVA – Bombeiro Voluntários de Almeida SF – Sapadores Florestais

Orçamento e responsáveis

Quadro 17. Orçamento e responsáveis

	Ação	Metas	Responsáveis	Indicadores					TOTAL
				2014	2015	2016	2017	2018	
Concelho de Almeida	Sistema de vigilância e deteção	1ª deteção postos de vigia	GNR	4000€	4000€	4000€	4000€	4000€	18000€
		1ª deteção equipas DFCI	EG	30000€	30000€	30000€	30000€	30000€	150000€
		Sub-total		34000€	34000€	34000€	34000€	34000€	168000€
	1ª intervenção	1ª intervenção das equipas DFCI	EG	30000€	30000€	30000€	30000€	30000€	150000€
	Combate e rescaldo	Área ardida/ocorrência	EG	30000€	30000€	30000€	30000€	30000€	150000€
	Vigilância pós - incêndio	Área ardida / reacendimento	EG	40000€	40000€	40000€	40000€	40000€	200000€
TOTAL			----	<u>134000€</u>	<u>134000€</u>	<u>134000€</u>	<u>134000€</u>	<u>134000€</u>	<u>670000€</u>

Fonte: GTF Almeida (2013)

4.4. 4º Eixo estratégico – Recuperar e reabilitar ecossistemas

A recuperação de áreas ardidas deverá ter em vista o aumento da sua resiliência no futuro devendo ser desenvolvido em dois tempos:

1. Proteção dos recursos e infraestruturas;
2. A médio prazo dirigido para a requalificação dos espaços florestais dentro dos princípios da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

As árvores têm um papel importante nos ecossistemas, sendo uma peça chave na conservação da natureza e da biodiversidade. São ainda uma fonte de matéria-prima renovável e um elemento decisivo na prevenção da erosão, bem como na regularização dos regimes hídricos.

Objetivo estratégico	Recuperar e reabilitar os ecossistemas
----------------------	--

Objetivo operacional	Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto, médio e longo prazo.
----------------------	--

Ações	- Avaliar as necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação dos recursos e infraestruturas a curto, médio e longo prazo; - Avaliar a capacidade de recuperação do território municipal em caso de incêndio; - Calendarização da elaboração de um plano municipal de recuperação de áreas ardidas.
-------	--

4.4.1. Avaliação

Estabilização de Emergência

Nas intervenções de emergência é importante estabelecer prioridades e tipos de intervenção em função dos impactes causados pelos incêndios.

Pelas diversas razões com que nos deparamos no concelho nomeadamente: o minifúndio, a falta de iniciativa e conhecimentos dos proprietários, a falta de programas de incentivos, etc., não se realizaram ações de estabilização de emergência após o grande incêndio 2010

Contudo, verificamos que houve uma excelente resposta do solo na capacidade de regeneração da vegetação, não sendo recomendável nesta altura prever intervenções de emergência a curto ou médio prazo, pelo que não é possível elaborar um mapa com essas áreas.

Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

Não estão previstas quaisquer reabilitações de povoamentos e *habitats* florestais. Contudo, em qualquer altura e uma vez que o plano não é estático, poderá ser detetado algum caso específico que tenha necessidade de ser reabilitado.

4.4.2. Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico

Estabilização de emergência

Pelo exposto na fase de avaliação, atualmente não é possível planear ações de estabilização de emergência, contudo e dado plano vigorar por 5 anos, devemos considerar que o mesmo é dinâmico e que neste período pode ser revisto para incluir medidas de conservação da água e do solo e conservação da rede viária florestal e infraestruturas hidráulicas, os seus responsáveis e participantes.

Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

As medidas propostas para a reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais passam por remover a madeira morta das áreas e promover a reflorestação por forma a fixar os solos e a voltar a criar riqueza paisagística e económica. Contudo durante a vigência do plano poderá ser necessário a inclusão de intervenção nas mesmas áreas ou em áreas diferentes, bem como a identificação dos responsáveis e participantes.

4.5. 5º Eixo estratégico – Adopção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

Assenta no pressuposto que para a proteção das pessoas e dos seus bens, dos espaços florestais e do ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas. O nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção de proteção e socorro. O nível Distrital constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.

Objetivo estratégico Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Objetivo operacional Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico.

Ações

- Identificar as entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes acções;
- Planificar a formação das entidades intervenientes no SDFCI;
- Promover a articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM;
- Promover a harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira com os concelhos vizinhos;
- Elaboração do cronograma de reuniões da CMDFCI;
- Estabelecer a data de aprovação do POM;
- Explicitar o período de vigência do PMDFCI.

4.5.1. Avaliação

Formação

O objetivo da formação consiste em transmitir maiores conhecimentos e competências para as funções a desempenhar, no **quadro 18** encontramos a identificação das necessidades de formação e do n.º de elementos por cada entidade.

Quadro 18. Formação

Tipo de formação	Entidade a formar	N.º de elementos
Coordenação	Câmara Municipal	1
Divulgar medidas de sensibilização	CMDFCI	7
Vigilância, deteção e 1ª intervenção	Câmara Municipal	1
	Juntas e Uniões de freguesia de Senouras, Aldeia Nova, Mido e Leomil, Junça e Naves, Castelo Bom, Miuzela e Porto de Ovelha, Malhada Sorda, Amoreira, Parada e Cabreira, Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela, Peva, Azinhal e Valverde	8
	Sapadores Florestais	10
	GNR (postos de vigia)	1
	Bombeiros	44
Combate	Bombeiros	44
Rescaldo e vigilância após incêndio	= Vigilância, deteção e 1ª intervenção	=

Fonte: GTF Almeida (2013)

4.5.2. Planeamento de ações referentes ao 5º eixo estratégico

Organização do sistema de defesa da floresta contra incêndios (SDFCI)

Para que os objetivos de defesa da floresta contra incêndios sejam alcançados, importa garantir que as entidades intervenientes (**Quadro 19**) neste município e com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do PMDFCI se articulem entre si de uma forma eficaz/eficiente.

No concelho de Almeida, tendo em conta as diferentes organizações e organismos que nele atuam, a CMDF apresenta-se com a seguinte composição:

- O Presidente da câmara municipal ou seu representante;
- Instituto de conservação da natureza e florestas (ICNF);
- CRÓFLOR (Associação de Produtores Florestais do Cró);
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almeida;
- Guarda Nacional Republicana;
- Junta/união de freguesias (através de um representante).

Competências das entidades intervenientes do SDFCI

Quadro 19. Competências

Eixos estratégicos	Objetivos	Instrumentos	Entidades
1º Eixo estratégico	Criar e manter faixas de gestão de combustíveis	Caraterização física	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Caraterização da população	CMA-GNR-AHBVA-OPF
	Implementar mosaicos de parcelas gestão de combustíveis	Ocupação do solo	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Mapa dos modelos de combustíveis florestais	CMA-GNR-AHBVA-OPF
	Promover ações de silvicultura no âmbito da DFCI	Mapa de perigosidade de incêndio florestal	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Mapa de risco de incêndio florestal	CMA-GNR-AHBVA-OPF
	Promover ações de gestão de pastagens	Mapa de prioridades de defesa	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Mapa de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis	CMA-GNR-AHBVA-OPF
2º Eixo estratégico	Criar e manter a rede de infraestruturas (rede viária e pontos de água)	Mapa da rede viária florestal	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Mapa da rede de pontos de água	CMA-GNR-AHBVA-OPF
	Sensibilização da população	Quadro de diagnóstico da população	CMA-GNR-AHBVA-OPF
	Sensibilização e educação escolar	Quadro de sensibilização da população	CMA-GNR-AHBVA-OPF
	Fiscalização	Quadro indicador da fiscalização (metas, indicadores e orçamento)	CMA-GNR-AHBVA-OPF
	Sistema de vigilância e deteção	Quadro com as entidades envolvidas e inventário dos equipamentos	CMA-GNR-AHBVA-OPF
	Sistema de 1.ª Intervenção	Quadro com os meios complementares de apoio ao combate	CMA-GNR-AHBVA-OPF
	Sistema de combate	Quadro dos dispositivos operacionais (funções e responsabilidades)	CMA-GNR-AHBVA-OPF
3º Eixo estratégico	Sistema de Vigilância após rescaldo	Sistema do rescaldo	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Esquema de procedimento dos alertas	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Lista geral dos contatos	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Mapa dos setores territoriais de DFCI	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Mapa da rede de postos de vigia e bacias de visibilidade	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Mapa de vigilância do concelho	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Mapa de 1.ª intervenção	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Mapa de combate, rescaldo e vigilância pós incêndio	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Cartografia de apoio à decisão (CAD) I	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Cartografia de apoio à decisão (CAD) II	CMA-GNR-AHBVA-OPF
4º Eixo estratégico	Recuperação de áreas ardidas	Cartografia de apoio à decisão (CAD) III	CMA-GNR-AHBVA-OPF
		Mapa de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio (2014-2018)	CMA-GNR-AHBVA-OPF
5º Eixo estratégico	Recuperação de áreas ardidas	Avaliação e calendarização da recuperação das áreas ardidas	CMA-GNR-AHBVA-OPF
	Organigrama/quadro de competências		CMA-GNR-AHBVA-OPF
	Prazo de vigência do PMDFCI		
	Identificação das componentes do POM		
	Procedimentos e periodicidade da monitorização do PMDFCI e atualização do POM		
	Planificação das reuniões da CMDFCI		
	Definição da data de aprovação do POM (data limite 15 de Abril)		
	Processo de monitorização do PMDFCI - Contribuições de cada entidade		
	Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI		

Formação

Estimativa de orçamento na formação da CMDFCI

Estimativa de orçamento	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
	200 (€)	200 (€)	200 (€)	200 (€)	200 (€)	1000 (€)

Reuniões da comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios

Cronograma das reuniões anuais da comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios

1 de abril a 15 de abril	Aprovação do plano operacional municipal e alteração do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios sempre que se justifique.
1 de junho a 15 de junho	Definir o início da época estival e ajuste entre as diversas entidades envolvidas nas ações a realizar.
novembro	Avaliação da época estival
Sempre que justifique a CMDFCI reunirá fora destas datas	

Aprovação do plano operacional municipal e período de vigência do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios

O plano municipal de defesa da floresta contra incêndios tem um período de vigência de cinco anos (2014-2018), sendo um documento dinâmico e que, como foi referido no quadro anterior, será revisto sempre que necessário na 1.ª quinzena de abril, quando a comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios concretiza a aprovação do **plano operacional municipal**.

Caso exista um motivo que o justifique este documento poderá ser revisto e alterado noutra data, que não a indicada.

Estimativa de orçamento para implementação do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios

Quadro 20. Estimativa de orçamento do PMDFCI (2014-2018)

Eixos estratégicos	Orçamento (€)					
	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL EIXO
1º Eixo estratégico	753.660,00€	1.106.890,00€	446.340,00€	977.190,00€	707.060,00€	3.991.140,00€
2º Eixo estratégico	400€	400€	400€	400€	400€	2.000€
3º Eixo estratégico	*	*	*	*	*	*
4º Eixo estratégico	0	0	0	0	0	0
5º Eixo estratégico	200€	200€	200€	200€	200€	1.000€
TOTAL/ANO	754.260,00€	1.107.490,00€	446.940,00€	977.790,00€	707.660,00€	3.994.140,00€

Fonte: CAOF (2012)

*As despesas enquadram-se no normal funcionamento das respetivas entidades

5

CARTOGRAFIA DE
PORMENOR